

UNIVERSIDADE FEDERAL DE OURO PRETO  
CURSO DE JORNALISMO

MARIANA MOSCHEM

**Violências e ética: um estudo de caso da reportagem “Chororô na delegacia: acusado de estupro alega inocência”**

Monografia

Mariana  
2018

Mariana Moschem

**Violências e ética: um estudo de caso da reportagem “Chororô na delegacia: acusado de estupro alega inocência”**

Trabalho de Conclusão do Curso  
apresentado à Universidade Federal  
de Ouro Preto como requisito parcial  
para obtenção do título de bacharel  
em jornalismo

Orientadora: Prof. Julia Lery Miranda

Mariana  
2018

M895v Moschem, Mariana .  
Violências e ética [manuscrito]: um estudo de caso da reportagem /  
Mariana Moschem. - 2018.

48f.:

Orientadora: Prof<sup>a</sup>. MSc<sup>a</sup>. Julia Lery Miranda.

Monografia (Graduação). Universidade Federal de Ouro Preto. Instituto de Ciências Sociais Aplicadas. Departamento de Ciências Sociais, Jornalismo e Serviço Social.

1. Violência (Direito) - Brasil - Teses. 2. Ética - Teses. 3. Preconceitos - Teses. 4. Racismo - Teses. 5. Mídia - Teses. I. Miranda, Julia Lery. II. Universidade Federal de Ouro Preto. III. Título.

CDU: 343.54

Catálogo: [ficha.sisbin@ufop.edu.br](mailto:ficha.sisbin@ufop.edu.br)


Mariana Moschem

Curso de Jornalismo – UFOP

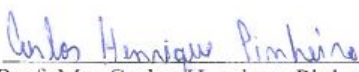
Violência e ética: um estudo de caso da reportagem  
“Chororô na delegacia: acusado de estupro alega inocência”

Trabalho apresentado ao Curso de Jornalismo do Instituto de Ciências Sociais e Aplicadas (ICSA) da Universidade Federal de Ouro Preto como requisito parcial para a obtenção do grau de Bacharel em Jornalismo, sob orientação do/a Profa. Me. Julia Lery Miranda

Banca Examinadora:

  
\_\_\_\_\_  
Profa. Me. Julia Lery Miranda

  
\_\_\_\_\_  
Profa. Dra. Denise Figueiredo Barros do Prado

  
\_\_\_\_\_  
Prof. Me. Carlos Henrique Pinheiro

Mariana, 14 de dezembro de 2018.

## **RESUMO:**

Este trabalho reflete sobre a construção social estereotipada na mídia e processos de violência a partir de um estudo de caso da reportagem “Chororô na delegacia: acusado de estupro alega inocência”. Analisamos o processo de invisibilização do racismo e os diversos tipos de violência material e simbólica que perpassam o episódio, a partir de estudos sobre naturalização de preconceitos, sobre racismo institucional e as diversas formas de violência.

Analisamos alguns modos de operação da violência, como um sistema de representação excludente se mantém a partir de uma lógica desigual de apresentação das diferentes classes. Usamos Zizek (2014), para conceituar algumas formas de violência. França (2006), que faz estudos e levantamento teórico sobre a TV e seus modos de produção/construção. Souza (2014), que faz um estudo sobre as classes sociais, contrastando as situações dessas. Bagno (2009), que usamos para pensar o preconceito linguístico. Hall (2016), que faz um estudo sobre o processo de construção estereotipada sobre o negro.

**Palavras chave: racismo; preconceito; estereotipagem; violência; mídias**

## **ABSTRACT:**

This work reflects on the stereotyped social construction in the media and violence processes from a case study of the report "Chororô in the police station: accused of rape alleges innocence." We analyze the process of invisibilization of racism and the various types of material and symbolic violence that permeate the episode, based on studies on the naturalization of prejudices, institutional racism and various forms of violence.

We analyze some modes of operation of violence, as a system of excluding representation is maintained from an unequal logic of presentation of the different classes. We use Zizek (2014) to conceptualize some forms of violence. France (2006), who studies and studies theoretically about TV and its modes of production / construction. Souza (2014), who studies social classes, contrasting their situations. Bagno (2009), that we use to think the linguistic prejudice. Hall (2016), who does a study on the stereotyped construction process over black.

**Key-words: racism; preconception; stereotyping; violence; media**

Mas o homem perdeu o sono  
de todo, e foge pra rua.  
Meu Deus, matei um inocente.  
Bala que mata gatuno  
também serve pra furtar  
a vida de nosso irmão.  
Quem quiser que chame médico,  
polícia não bota a mão  
neste filho de meu pai.  
Está salva a propriedade.  
A noite geral prossegue,  
a manhã custa a chegar,  
mas o leiteiro  
estatelado, ao relento,  
perdeu a pressa que tinha.

Da garrafa estilhaçada,  
no ladrilho já sereno  
escorre uma coisa espessa  
que é leite, sangue... não sei.  
Por entre objetos confusos,  
mal redimidos da noite,  
duas cores se procuram,  
suavemente se tocam,  
amorosamente se enlaçam,  
formando um terceiro tom  
a que chamamos aurora.

Carlos Drummond de Andrade

## **AGRADECIMENTOS**

Agradeço à minha família por todo apoio que me foi dado em todas as circunstâncias, desde sempre. Um agradecimento em especial para minha mãe e minha avó, sem as quais eu não teria suporte algum, nem figuras fortes de representação na qual me espelhar. Vocês são o meu exemplo. Também agradeço especialmente ao meu irmão, pois se não fosse ele eu jamais pensaria na Universidade como futuro para minha vida.

Quero agradecer à minha orientadora, Julia Lery, que teve muita paciência e determinação para seguir me orientando, às vezes tendo que bater nas mesmas teclas para que eu corrigisse algumas mesmas coisas. Também sou grata por ela ter me ajudado muito na construção deste trabalho, pois sem ela seria praticamente impossível chegar aonde chegamos.

Por último, sou extremamente grata pelas pessoas que cruzaram meu caminho nessa extensa trilha que foi meu período na UFOP. Nesse tempo, conheci pessoas incríveis que quero levar para a vida toda. Um agradecimento em especial para Verônica, Timóteo, Adna e Leo, que sempre me deram apoio e estiveram sempre ouvidos quando precisei reclamar sobre os dissabores da vida e do TCC.



## **LISTA DE FIGURAS**

- Figura 1 - Uziel Bueno, Paulo Sérgio e Mirella Cunha: entre deboche e humilhação..... 13
- Figura 2 - Contraste simbólico do visual: aceitação do lugar de pertencimento.....32

## SUMÁRIO

<b>1</b>	<b>INTRODUÇÃO.....</b>	<b>9</b>
<b>2</b>	<b>A TV COMO MEDIADORA NA REPRODUÇÃO DE ESTEREÓTIPOS.....</b>	<b>16</b>
2.1	CONSTRUÇÃO SOCIAL DA SIGNIFICAÇÃO NA TV.....	16
2.2	A VIOLÊNCIA (RE)PRODUZIDA NAS MÍDIAS.....	23
<b>3</b>	<b>A CONSTRUÇÃO NATURALIZADA DA VIOLÊNCIA SIMBÓLICA E MATERIAL.....</b>	<b>28</b>
<b>4</b>	<b>CONSIDERAÇÕES FINAIS.....</b>	<b>41</b>
<b>5</b>	<b>REFERÊNCIAS.....</b>	<b>43</b>

## 1 INTRODUÇÃO

Este trabalho é um estudo de caso que reflete sobre desvios éticos do telejornalismo policial e a estereotipagem racista a partir do caso “Chororô na delegacia: acusado de estupro alega inocência”, do programa *Brasil Urgente Bahia*. Como apresenta Lery (2017), *Brasil Urgente* é um tipo de programa com contrato explicitamente excludente, com um olhar que compreende valores que sustentam discursos midiáticos com empatia minguada em relação àqueles em situação de exclusão ali apresentados.

Levantamos problematizações acerca da emissão de opiniões veiculadas como informação, na busca de rastrear relações simbólicas de desigualdade na construção jornalística do episódio, pensando discursos racistas a partir da prática jornalística. Acreditamos que este caso seja importante por tratar de questões sociais ligadas à reprodução de preconceitos que permeiam o ambiente jornalístico. Também é importante por se tratar de um interesse pessoal no objeto, já que ele nos causou uma ojeriza no momento em que assistimos ao vídeo. Pensar que o jornalismo produza produtos como esses nos coloca em um lugar de indignação perante a necessidade de um jornalismo mais humano. Na reportagem Mirella Cunha expressa seu desejo de que outras pessoas vejam o que está acontecendo ali, que outras pessoas riem junto a ela do jovem Paulo Sérgio. Ela quer aparecer para outros meios, na internet, quando sugere que o vídeo vá para o Youtube; ela toma uma postura sádica diante do acusado. Entendemos que há uma lógica muito forte de desrespeito ao próximo, que indigna ao assistir, principalmente pensando o papel do jornalismo como importante para quebrar essas barreiras sociais, ao invés de propagá-las.

Para análise do objeto, usamos principalmente estudos de Hall (2016) sobre construções sócio-históricas na formação de rótulos da marginalização; argumentos de Souza (2014), que pensa a desigualdade social brasileira como consequência de nossa origem escravocrata, bem como reflexões de França (2006) sobre a TV e seus processos produtivos a partir da representação da realidade. Outros autores mobilizados neste trabalho serão Lery (2017), que analisa o *Brasil Urgente* nacional; Zizek (2014), que pensa a violência sob diversos aspectos; Bagno (2009), que estuda sobre preconceito linguístico, além de notícias e entrevistas que fazem um levantamento sobre a representação dos negros e das classes desfavorecidas em programas ou jornais que trabalham com a emissão de estereótipos.

O texto de França (2006) também será usado para fazermos nossas conceituações sobre a metodologia. Pensando, de acordo com a autora, sobre a construção da TV a partir do lugar de onde estamos falando, bem como das referências que balizam os olhares disseminados pela TV, entendendo que ela trabalha com múltiplos discursos, possui uma vida e um lugar institucional na sociedade e representa uma produção centralizada. Trata-se de um estudo de caso, com análise qualitativa, no qual estudamos o verbal, o visual, os cortes e os enquadramentos. Entendemos que tudo o que está presente na reportagem são elementos ricos a serem verificados. É relevante analisar essa reportagem porque ela se insere numa lógica televisiva que ataca representações do senso comum ancoradas em uma desqualificação das classes desfavorecidas representadas. A reportagem é de 2012, e existem várias semelhantes a essa. Nesta, em especial, acontecem ataques diversos às minorias representativas sociais e economicamente, e em nosso contexto atual têm ocorrido muitos ataques aos direitos humanos, às classes desfavorecidas e aos negros.

Na reportagem analisada, Mirella Cunha entrevista Paulo Sérgio Silva Souza, um jovem negro de 18 anos, desdentado e, segundo o jornalista Rodrigo Silva (2013), morador de rua desde criança. Trata-se de uma reportagem pré-gravada e editada, com filmagem feita na 12ª delegacia de Itapuã, Bahia, em maio de 2012. O vídeo é do *Brasil Urgente Bahia*, mas podem ser encontrados vários versões no Youtube, com diferentes de deboches e zoações.

A reportagem simula um ao vivo. Ela começa com uma promessa de verdade no “aqui e agora” que enreda o espectador. O começo da gravação dá a entender que a filmagem está acontecendo no momento em que a jornalista entrevista o jovem. O tom de ‘ao vivo’ só desaparece alguns momentos depois, quando acontecem cortes de edição na reportagem.

Segundo França (2006), a TV se dirige a todo mundo. Entretanto, apesar dessa horizontalidade, ela se organiza em moldes empresariais, com homogeneização sob viés negativo da produção. Conforme França (2006), o uso da TV é construído na prática, na realidade específica de uma sociedade. Em nosso objeto, entendemos que é construído a partir de uma lógica do domínio financeiro, na qual se parte de uma ideia de exclusão e não aceitação do outro por causa de preconceito. A homogeneização tem viés negativo, articulado em questões de concentração de poder, com oligopólios midiáticos. Compreendemos que independente do canal assistido, as diferentes classes e cores possuem modos específicos e distintos de serem representadas.

Na reportagem, o jovem é acusado de roubo e estupro. Ele confirma o primeiro crime e nega o segundo. Ainda assim, após negar o crime, enquanto Paulo Sérgio está de costas para a parede da delegacia, acontece um close em seu rosto, e Mirella Cunha o questiona com tom incisivo “não estuprou mas queria estuprar?” e ele responde “eu não ia estuprar não”. Em seguida ela pergunta a Paulo Sérgio sobre a marca no rosto dele, e ele responde que havia sido espancado porque o pegaram roubando. Após isso, ocorre um corte de edição e outro enquadramento no rosto do garoto, e ele aparece chorando e reiterando, para os familiares que pudessem vir a assistir a reportagem, que ele não é estuprador. Esse corte representa uma naturalização na aceitação de agressão sofrida por ele, é um recurso técnico que dá sustentação a um posicionamento da reportagem. O que acontece é que a produção do programa invisibiliza o que não os convém, como a agressão sofrida por Paulo Sérgio. O interesse se dá em mostrar um suposto criminoso, e não as várias facetas do acontecimento. Nesse trecho, acontece um descaso para com a situação na qual se encontra um jovem preso nas dependências do Estado. Esse desprezo é articulado a partir de uma lógica que exclui o outro por conta de suas diferenças e condições sociais precárias. A posição de Mirella, de queixo erguido diante de Paulo Sérgio, microfone levantado apontado para ele como se fosse uma arma, com pose de superioridade, representa esse desprezo articulado na reportagem.

Na sequência do vídeo, Paulo Sérgio diz: “pode fazer exame de ‘estropa<sup>1</sup>’ nela, em mim, que vão ver”, reforçando que não estuprou. A fala dele termina nesse ponto, e a jornalista começa a dizer várias vezes para o garoto: “fala aí o nome do exame de novo. Qual o nome do exame mesmo?”. Ela segue fazendo essas perguntas, encadeando-as com risos debochados do garoto, enquanto ele se mostra constrangido diante das câmeras. Segundo o repórter Carlos Madeiro (2012)<sup>2</sup>, servidores públicos que visitaram Paulo Sérgio na prisão afirmaram que ele disse se sentir humilhado pela entrevista, pois a repórter ficou “rindo o tempo todo das respostas dele”. Na sequência da filmagem, Mirella fala em tom debochado ao âncora do programa: “Uziel, depois você não quer que o vídeo vá para o Youtube.”

O jornalismo produzido no objeto que estudamos é julgador diante de um possível criminoso, e o jornalismo não deve julgar baseado numa caracterização estereotipada sobre

---

<sup>1</sup> Com esse termo, o jovem Paulo Sérgio se referia ao exame de corpo e delito.

<sup>2</sup> MADEIRO, Carlos. “Ele se sente humilhado”, diz defensoria sobre jovem chamado de estuprador por repórter na BA. **Notícias Uol**, Maceió, 24 maio 2012. Disponível em: <<https://noticias.uol.com.br/cotidiano/ultimas-noticias/2012/05/24/ele-se-sente-humilhado-diz-defensoria-sobre-jovem-chamado-de-estuprador-por-reporter-na-ba.htm>>. Acesso em: 26 março 2018.

um jovem negro que é marginalizado socialmente, mas sim informar os fatos. E isso pensando aspectos sócio-históricos na tentativa de desconstruir a marginalização e estigmas sociais sobre esses desfavorecidos, ao invés de disseminá-los (Hall, 2016).

Após um segundo corte a jornalista questiona o que vai acontecer quando a mulher fizer o exame de corpo e delito. Paulo Sérgio diz: “vou tomar minha cadeia consciente”, e Mirella Cunha revida perguntando “vai é? Estuprador, Paulo Sérgio estuprador?” e ele responde contrariado que será preso como estuprador. Apesar da certeza que têm de não ter estuprado a mulher, o jovem cede à imposição feita por ela. Entendemos que se trata de um mecanismo no qual Souza (2014) aponta conceitos ligados à falta de autoconfiança da ralé.

Depois de um terceiro corte, ambos aparecem enquadrados na câmera, e Mirella Cunha diz a Paulo Sérgio: “só para deixar claro, exame de próstata é homem quem faz”, ao que ele pergunta se também tem que fazer, e ela responde rindo “se você quiser”. Então Paulo Sérgio diz que se necessário ele fará o exame de próstata de qualquer jeito, e ela retruca rindo: “você gosta? Você já fez?”. Após esses questionamentos, Mirella Cunha abaixa a cabeça rindo debochadamente, e depois indaga se Paulo Sérgio sabe onde fica a próstata.

Acontece um quarto corte e Mirella Cunha retorna dizendo que ele vai ficar na delegacia a mercê da justiça e “vai tentar fazer o exame de próstata, né? você não disse que tava com vontade?”, e ele responde que não mais, pois “poxa, logo por trás, deixa quieto”.

A entrevista acaba e uma câmera enquadra o âncora Uziel Bueno no estúdio do programa, e ele começa dizendo: “o cara é acusado de estupro, está chorando né filho, é porque você não fez o exame de próstata, porque senão meu irmão, você iria chorar”. E continua “é metido a estuprador é? É o seguinte: nas horas vagas, eu sou urologista”. Toda a fala de Uziel acontece com ele rindo debochadamente e gritando. É interessante notar que mesmo com a ausência de provas do crime, o âncora coloca sobre Paulo Sérgio a imagem de estuprador, além de o ameaçar.

**Figura 1: Uziel Bueno, Paulo Sérgio e Mirella Cunha: entre o deboche e a humilhação**



**Fonte: Frame da reportagem**

O site da Uol (2015)<sup>3</sup> apresentou uma declaração do Ministério Público Federal da Bahia (MPF/BA) de que a Band Bahia veicula matérias jornalísticas que ofendem “diversos princípios constitucionais e tratados internacionais de direitos humanos, entre eles os direitos dos presos, o direito de imagem, a dignidade da pessoa humana e a presunção de inocência.” É evidente que no episódio Paulo Sérgio é condenado sem provas (“não estuprou mas queria”), e que a produção do programa reduz ele a um marginal, “Paulo Sérgio estuprador”.

O episódio pratica uma banalização da imagem do negro em situação de vulnerabilidade socioeconômica, ao insistir em colocar sobre ele a responsabilidade de um crime porque ele havia praticado outro. Hall (2016) é incisivo em suas críticas quanto à representação negativa sobre o negro que, historicamente, é marcado por estigmas do primitivismo, da não civilização e que, então, estaria indelevelmente ligado a aspectos naturais, representados como selvagens. E é isso o que acontece com o jovem Paulo Sérgio. Ele não é respeitado e tem seu sofrimento e condição social precária expostos.

Conforme aponta Silva (2013), num levantamento teórico sobre racismo institucional, “trata-se da falha coletiva de uma organização em prover um serviço apropriado e profissional às pessoas por causa de sua cor, cultura ou origem étnica” (SILVA, 2013, p. 4). Segundo o autor, o racismo institucional coloca em desvantagem pessoas de grupos raciais e

---

<sup>3</sup> BAND é condenada a pagar R\$ 60 mil por caso de repórter que zombou de preso. UOL, São Paulo, 05 junho 2015. Disponível em: <<https://televisao.uol.com.br/noticias/redacao/2015/06/05/band-e-condenada-a-pagar-r-60-mil-por-caso-de-repo-ter-que-zombou-de-presos.htm>>. Acesso em: 04 abril 2018.

étnicos discriminados, com situação de desvantagem em relação ao acesso de benefícios gerados pelo Estado e por demais instituições e organizações.

A equipe responsável por essa reportagem protagoniza um caso de desrespeito ao Código de Ética dos Jornalistas Brasileiros, aos direitos humanos e à relação entre mídia e democracia. Quais as proximidades ou distanciamentos do episódio com os princípios éticos da profissão? Como acontece a representação simbólica do episódio, considerando a naturalização de preconceitos racistas? Pensando a centralização da produção e a lógica comercial televisiva, França (2006) aponta que a TV tem na sociedade um lugar institucional, com veiculação para um público diversificado, que compreende um sistema de produção centralizada.

Esse lugar institucional têm implicações políticas e econômicas. (...) por sua força e potencial, é sujeito à regulamentação (concessão, normas de propriedade e funcionamento), bem como objeto de acirradas disputas políticas (...) um empreendimento de alto custo, o que restringe a possibilidade de estabelecimento dessas centrais de produção àqueles que detêm o capital financeiro e político necessários (FRANÇA, 2006, p. 21).

Com isso, a autora indica que poucas empresas têm condições de produzir conteúdo televisivo, e é importante pensar o impacto disso sobre o caso estudado porque a nossa TV aberta funciona como um oligopólio comercial, e praticamente como oligopólio de pontos de vista: são poucos grupos de atuação, todos produzindo representações muito parecidas. É importante refletir em que medida o episódio analisado está interessado em informar pautado na ética exigida pela profissão, assim como nos direitos constitucionais de todo cidadão, aos quais Paulo Sérgio deveria estar incluído. Como declara Eliane Brum (2012), além de todos os outros problemas, a reportagem “presta um desserviço à saúde pública, ao reforçar todos os clichês e preconceitos relacionados ao exame de próstata”. A reportagem reforça os estigmas sobre um exame de suma importância para a saúde dos homens, um tabu na sociedade, e não leva em consideração a presunção da inocência.

Este trabalho compreende nuances da produção jornalística, lembrando que editores e produtores foram agentes ativos na reportagem tanto quanto Mirella Cunha e Uziel Bueno. Numa leitura do Código de Ética dos Jornalistas Brasileiros, é possível perceber que são feridos 13 pontos estabelecidos no código, dentre eles o respeito à integridade moral da fonte e à privacidade.



Estudar o tema é importante porque existe atualmente uma extensa teia de mediação comunicacional na qual circulam informações globais a todo momento, informações não necessariamente embasadas em fatos e que contribuem para produções jornalísticas que nem sempre representam a realidade da forma mais precisa possível.

Para um programa jornalístico ter legitimidade para informar, entendemos que ele deve ao menos seguir a lógica de respeito ético e moral para com a atividade jornalística. Esse tipo de produção resulta numa descaracterização do entrevistado/acusado, que contribui para uma opressão mais intensa sobre ele e outras pessoas na mesma situação de vulnerabilidade socioeconômica e educacional, a contribuir para a marginalização desses. Diante disso, é relevante fazer um estudo que avalie como a violência do episódio opera, e como o sistema de representações violento e excludente se mantém e se consolida em produtos como o analisado. Não se pode naturalizar esse tipo de preconceito de forma alguma, menos ainda por um trabalho como o jornalístico, que deve ser voltado para interesses sociais, como a desconstrução de estigmas e preconceitos. O Código de Ética dos Jornalistas traz princípios da profissão, e nessa reportagem muitos deles são feridos, como a integridade e os direitos do cidadão. Os responsáveis pelo programa imputam a Paulo Sérgio estigmas criticados por Souza (2014) que prevalecem no imaginário social desde nossa origem como sociedade brasileira, de formação escravocrata. E reproduzem a caracterização da estereotipagem do negro como não civilizado, a qual Hall (2016) questiona.

No capítulo 2, discutimos sobre a TV, seus processos produtivos engajados em sistemas representacionais a partir do senso comum e da lógica comercial televisiva, ancorada em viés econômico. E no capítulo 3, discutimos sobre as diversas formas de violência exercidas sobre Paulo Sérgio. E queremos ressaltar que, apesar de se tratar de uma análise sobre um episódio específico do programa Brasil Urgente, esse tipo de produto não é um exceção, mas algo corriqueiro em programas televisivos brasileiros que fazem um telejornalismo policial na busca por crimes.

## **2. A TV COMO MEDIADORA NA REPRODUÇÃO DE ESTEREÓTIPOS**

### **2.1 CONSTRUÇÃO SOCIAL DA SIGNIFICAÇÃO NA TV**

De acordo com França (2006), a TV é um espaço de inúmeros discursos; ela fala de uma representação de um espaço social, de um contexto, de uma época. Ela trabalha com a circulação social de significados, por vezes ancorada em produções editadas, que recria algo a partir de gravações originais. Estudar programas televisivos populares brasileiros é importante porque eles estão inseridos nessa lógica de produção de significados; tanto telenovelas quanto telejornais populares dizem de uma representação social que é reproduzida e entendida como constituinte da realidade social vivida por milhões de brasileiros. A ficção televisiva perpassa e reproduz os acontecimentos da vida real, do cotidiano.

As muitas vozes e seus inúmeros discursos presentes na reportagem são do âncora, da repórter que aparece, da equipe de produção que, apesar de não aparecer e não ouvirmos suas vozes, o trabalho de produção feito por eles emite uma certa sentença; além da audiência e dos anunciantes, que não apenas aceitam a violência, mas são engajados com ela. Segundo França (2006), a TV espelha as relações de classe e poder que marcam a vida na sociedade, “a diversidade está presente na televisão, mas os diferentes temas, sujeitos, discursos não se apresentam aí em igualdade de condições. A linguagem da TV é marcada por este lugar institucional e pela dinâmica de classe” (FRANÇA, 2006, p. 36). Dinâmica que apresenta, veladamente, uma representação social excludente, em questões de classe e cor.

Em uma revisão teórica de outros autores do tema, França (2006) aponta que os produtos veiculados têm a natureza industrial de mercadorias: comprometidos com o consumo e porta-vozes de interesses específicos, na busca por audiência. Segundo a autora, é difícil discernir as fronteiras da TV. Uma corrente de estudos rastreada por França (2006) é a Escola de Frankfurt<sup>4</sup>, de Adorno e Horkheimer, que discorrem sobre a indústria cultural, na relação entre TV e sociedade, que no geral, considera que a cultura de massas encontrou na TV sua melhor expressão: homogeneização da produção, mercantilização, busca por grandes audiências, ênfase no entretenimento, especialização técnica e caráter coletivo (não-autoral) da produção. Esse enfoque na relação com a sociedade caracteriza a TV diante de perspectivas diversas, como criação de valores contemporâneos, alienação, reprodução da estrutura de dominação e instrumento de poder.

Essa homogeneização tem viés negativo, não se trata de uma homogeneização pensando aspectos de representatividade, mas sim em questões de concentração de poder, com oligopólios midiáticos e um sistema de exibição fechado. Entendemos que independente

---

<sup>4</sup> Queremos esclarecer aqui que, apesar desse estudo, França não se associa à escola de Frankfurt

do canal que assistimos, as diferentes classes e cores possuem modos específicos de expressão, com imagens que trabalham em uma lógica desigual de representações, cria e determina valores sociais, reproduz uma estrutura de dominação, e isso acontece por causa de uma legitimação de espaços sociais que a TV alimenta, separando as possibilidades de representação: os negros se encaixam em papéis secundários, sub-representados ou marginalizados, enquanto com os brancos ocorre o contrário.

Sobre isso, mas tratando da realidade britânica, Hall (2016) aponta que em relação a mudanças no repertório de representação das diferenças, um papel importante na performance positiva do estereótipo dos negros foi o cinema. No Brasil, se tratando de telenovelas, os modos de representações não distinguem muito daqueles explanados por Hall (2016). Analisando o documentário “A negação do Brasil”, podemos ver essa mudança representativa nas novelas. “A negação do Brasil” faz uma análise sobre diversas telenovelas brasileiras, e aponta uma série de relações sociais com representatividade excludente, como por exemplo: na novela “Como salvar meu casamento”, a empregada Zita vai ao programa do Raul Gil para cantar, e após a sua apresentação, todos os elogios que deveriam ser direcionados a Zita são dirigidos à sua patroa; na novela “Escrava Isaura”, uma atriz branca representa uma heroína afro brasileira; e como aponta o narrador do documentário, “as relações afetivas dos negros para com os brancos sempre foram de amor, dedicação e submissão”. A ficção televisiva traduz um modo de representação social que se dá a partir de uma interiorização do real, do palpável que perpassa as relações cotidianas e toma corpo em forma de ideologias.

Em uma revisão teórica feita por França (2006), num levantamento de como a TV brasileira era pensada no passado, a autora resgata tal caracterização como meio e linguagem, no estudo da estética, das imagens e na natureza das representações. França (2006) aponta que, para Bourdieu, a TV ‘esconde mostrando’, e por isso ela ameaça esferas culturais, artísticas, a vida política e a democracia. Sobre o “ocultar mostrando”, Bourdieu (1997) fala de um processo paradoxal dentro da TV, porque

mostrando uma coisa diferente do que seria preciso mostrar caso se fizesse o que supostamente se faz, isto é, informar; ou ainda mostrando o que é preciso mostrar, mas de tal maneira que não é mostrado ou se torna insignificante, ou construindo-o de tal maneira que adquire um sentido que não corresponde absolutamente à realidade (BOURDIEU, p. 24).

A partir disso e das imagens do vídeo, entendemos que o objeto aqui analisado trabalha com essa lógica da inversão de crimes, um crime social pensando o acesso às políticas públicas de saúde e educação, no caso. O objeto analisado queria mostrar um jovem criminoso pelo fato de ter roubado, mas o que acontece nesse “ocultar mostrando” é que o vídeo indica muito além disso, ele revela uma distinção de espaços que é aceita de modo natural. Quando observamos o vídeo “Chororô na delegacia”, é possível ver que há dois momentos em close nos quais Paulo Sérgio diz que apanhou, e ninguém no vídeo se mostra indignado pela situação; além disso, o primeiro close é entrecortado por uma parte em que Mirella Cunha afirma “não estuprou mas queria”, e o segundo close é seguido de um outro, em que Paulo Sérgio aparece chorando e afirmando que não estuprou.

Enxergamos que essa natureza representativa é filiada à reprodução de estigmas sociais que naturalizam a imagem negativa sobre o Outro, partindo de uma lógica de deboche para com o acusado. Quando há um outro close em Paulo Sérgio, no qual ele aparece chorando e reiterando para seus familiares (que estivessem assistindo) que ele não estuprou ninguém, Mirella Cunha se direciona ao âncora logo na sequência e diz “Uziel, depois você não quer que o vídeo vá para o Youtube.” Enxergamos isso como uma chamada para que o vídeo fosse parar no Youtube, meio onde o assistimos pela primeira vez. Além de ser uma colocação de crime sobre Paulo Sérgio, a partir de uma correlação que fizemos com Zizek (2014), na qual o autor explana algumas questões sobre o livro de Mary Shelley, *Frankenstein*.

No livro, “o monstro não é uma ‘coisa’, um objeto horrível com o qual ninguém se atreve a confrontar-se; é plenamente subjetivizado” (ZIZEK, 2014, p. 42). Segundo Zizek, a autora de *Frankenstein* visita o interior do monstro, e o indaga sobre como é ser excomungado, rotulado e até mesmo fisicamente distorcido pela sociedade, e diante dessa situação, Zizek conclui que o criminoso se transforma em vítima, indivíduo profundamente ferido que desesperadamente anseia por amor e companhia. No livro, Mary Shelley ouve o monstro, olha para ele e o permite ter voz. Mirella Cunha faz o oposto, e transforma Paulo Sérgio em monstro ao tirar dele o direito de falar por si, ele constrói um “não debate”<sup>5</sup> que transforma o acusado/entrevistado em um outro insignificante.

---

<sup>5</sup> Entendemos que se trata de um “não debate” justamente porque não é permitida vez e voz à Paulo Sérgio. Ele apenas está presente para ser julgado e acusado, e não para fazer o que deve fazer o jornalismo: permitir voz a todos os envolvidos.

Numa correlação com o processo hegemônico e de homogeneização da TV, é possível entender que os jornalistas do programa fazem essa caracterização de monstro sobre Paulo Sérgio, sem antes entendê-lo como indivíduo subjetivizado e repleto de necessidades básicas. E da mesma forma, entramos numa questão complexa, sobre quem seria realmente o verdadeiro criminoso: aquele que rouba para se manter, devido a falhas estruturais de um Estado que não atende às demandas mínimas de todos os cidadãos, como educação, saúde e alimentação, ou aqueles que possuem as condições minimamente necessárias à sobrevivência, e por não se encontrarem em situação de vulnerabilidade socioeconômica, não enxergam em Paulo Sérgio um ser humano com direitos e necessidades, e sim um monstro, que pode inclusive afirmar que foi agredido duas vezes, sem que isso cause comoção naqueles que o entrevistam. Esse “monstro” só o é caracterizado dessa forma por marginalizado socialmente.

Conforme Silverstone (2002), existe uma cumplicidade dos produtores quando eles jogam de acordo com as regras, quando não reconhecem a impossibilidade e parcialidade de representação, quando aceitam as limitações de gênero. “Os produtores são cúmplices da mesma forma quando não refletem sobre as limitações de sua prática, e não comunicam essas informações tanto aos seus sujeitos quanto a seus públicos” (SILVERSTONE, 2002. p. 21). Segundo o autor, o público é cúmplice quando aceita sem críticas e de forma passiva as reivindicações representacionais da mídia, que estereotipam até mesmo as situações cotidianas a partir de um senso comum ditado hegemonicamente.

França (2006) faz um levantamento teórico de uma linha de estudos que pensa aspectos específicos dos programas, como a produção, audiência e o produto. E esses estudos têm de falar das características da interação televisiva. Em sua análise teórica, a autora apresenta que a TV é definida pelas técnicas e veiculações: imagem em movimento, imagem eletrônica imediata transmitida para múltiplos aparelhos e seus receptores. Segundo França (2006), a TV está ligada à distribuição massiva e instantânea, com uma montagem que cria algo novo; ela efetua transmissões, mas também fabrica realidades. No objeto que escolhemos, ocorre uma circulação social de significados, diante de uma realidade fabricada, a partir daquilo que compõem o senso comum, e isso evidencia uma representação que é perpetuada no imaginário social. E enquanto para Silverstone (2002) o público é cúmplice, ativo, para Rancière (2014) o público é fortemente engajado em sua passividade diante dos produtos que recebe; a audiência recebe silenciosa e passivamente as representações. Em

reportagens como a analisada aqui, entendemos que existe um assentimento do público quanta a esse tipo de reportagens; o público age diante da recepção.

Essa perpetuação se fixa a partir de uma cumplicidade (involuntária ou não) entre emissores e a audiência, e para melhor explicitação trazemos um exemplo de Rancière (2014). O autor analisa algumas imagens, para contextualizar sua crítica sobre a passividade do público, e mostra as ambiguidades presentes em imagens, de onde se tem um público passivo, que percebe uma realidade que não compreende o todo presente. Ele fala da realidade na e da imagem, sendo o real *na* imagem aquilo que ela mostra, e o *da* imagem é algo que está além do que é mostrado.

Em suas análises, Rancière (2014) fala sobre imagens de guerra, e afirma que a imagem de uma criança morta dentro de um apartamento de luxo, cheio de símbolos do “American way of life” não dilacerava a felicidade daqueles que possuem recursos financeiros; seria de se esperar que essa imagem estimulasse a luta contra um imperialismo americano que causa profunda dor até mesmo em crianças em outros cantos do mundo. Pelo contrário, a reação à essas imagens é manter-se de olhos fechados, impassível, ou incriminar os horrores da guerra, e não prontamente o imperialismo fatídico que a estimula. As imagens foram impotentes para causar culpa e ação no espectador. No vídeo que analisamos aqui, por mais que sejam ditos absurdos, a postura prescrita pelo produto para o espectador não parece ser combativa. Ela não estimula a culpa do espectador, pelo contrário, o espectador se engaja ao produto, na lógica do “bandido bom é bandido morto”. Em suma, existe uma cumplicidade entre aqueles que aceitam essas imagens sem nada fazer, e entre aqueles que são as causas dessas imagens. Analogamente, o público que assiste vídeos como esse analisado aqui, e que aceita e/ou compactua com esses tipos de produções, também são cúmplices desse mal na sociedade, assim como o é a má fé institucional de nosso Estado falho, que trabalha em uma lógica seletiva e de descaso. Se trata de preconceito institucional, “no plano estrutural, o racismo consiste no sistemático acesso desigual a bens materiais entre os diferentes segmentos raciais” (SILVA, 2017, p. 30).

Enquanto para Rancière (2014) o espectador não é tirado de um lugar de passividade por esses produtos de mídia hegemônica, e reivindica representações que confrontem o espectador e o tirem desse lugar, Silverstone (2002) argumenta que há um engajamento ativo do espectador em reiterar essas representações. Conforme Silverstone (2002), há profundas questões éticas e morais no confronto com a mediação da vida cotidiana. Ele argumenta que o

público não é prisioneiro de uma ideologia dominante nem inocente em um mundo de falsa consciência, são participantes cúmplices ou ativamente engajados, “coniventes em uma cultura mediada que não cumpre suas promessas de comunicação e conexão, com consequências duradouras, poderosas e amplamente negativas para nosso status como seres humanos” (SILVERSTONE, 2002, p. 4).

França (2006) aponta que o conceito de televisão “ultrapassa sua dimensão técnica e diz respeito também a seu modo de produção e organização. A televisão têm uma vida e um lugar institucional na sociedade e compreende um sistema de produção centralizada e de veiculação à distância” (FRANÇA, 2006, p. 20/21). Como veremos mais adiante, a TV reproduz aspectos sociais diante de uma estigmatização de seus produtos, e colabora com a produção de imaginários sociais a partir da construção em torno dos personagens.

A TV trabalha com uma transversalidade de sistemas de representação, perpassa desde o jornalismo até a ficção. É importante estudar sobre a ficção televisiva brasileira porque ela escancara essa falta de representatividade do negro e do pobre em papéis importantes, e diz de uma aceitação de espaços do Outro - não branco. Se os negros, mesmo sendo maioria populacional, compõem pouco dos papéis de protagonistas de telenovelas, e atuam em papéis majoritariamente secundários, isso diz muito do lugar de pertencimento que é aceito socialmente como deles. Conforme Silva (2017), o racismo institucional se estabelece a partir de uma separação entre cor/raça, que permite aos brancos ocuparem posições superiores, enquanto negros são mantidos em posições inferiores. E a ficção nas telenovelas brasileiras apresenta o negro como intérprete secundário, e pouco visível, enquanto telejornais evidenciam essa segregação de um modo inverso, colocando o negro estampado muitas vezes, mas no intuito de apresentá-los como criminosos.

De acordo com França (2006), é insuficiente continuar pensando a ideia de mídia de massa, porque a audiência é heterogênea, e faz diversas leituras e usos dos produtos que recebe. A autora menciona possibilidades de uso na onipresença da TV, tais como construção identitária e senso de justiça e moral coletivos; no entanto, ela critica a qualidade do cumprimento dessas funções, diante de reproduções ideológicas e prejuízos da reflexão. A autora aponta que a TV é criticada principalmente por sua não reflexão. A TV espelha “relações de classe”; “a diversidade está presente na televisão, mas os diferentes temas, sujeitos, discursos não se apresentam aí em igualdade de condições” (FRANÇA, 2006, p.36).

Segundo a autora, olhando para a TV, as diferentes classes estão, mais do que antes, expostas às suas diferenças. E notamos essa questão também a partir de Rancière (2014). O autor discorre sobre uma comparação feita entre imagens do holocausto, e imagens de banhistas nus, e aponta uma observação de um terceiro, que diz não ver diferenças entre as imagens. E associamos isso ao objeto a partir do momento em que a produção da reportagem trata Paulo Sérgio como um “ser sem nome” e “sem história individual”. Sobre as fotografias que retratam o holocausto, o autor argumenta que é dado um nome e uma história

àqueles cujo massacre foi tolerado não por excesso ou falta de imagens, mas por que atingia seres sem nome, sem história individual. As palavras assumem o lugar das fotografias porque estas ainda seriam fotografias de vítimas anônimas de violências em massa, ainda estariam em consonância com o que banaliza massacres e vítimas. O problema não é opor as palavras às imagens visíveis. É subverter a lógica dominante que faz do visual o quinhão das multidões e do verbal o privilégio de alguns (Rancière, 2014, p. 96).

No vídeo que analisamos, Paulo Sérgio não têm voz ativa de representação, ele é alguém midiaticamente sem nome, sem história individual, e que por isso mesmo é permitido que ele diga duas vezes que foi espancado, e ninguém na reportagem indagar como ele estava, se estava muito machucado ou qualquer outra coisa que demonstrasse preocupação com ele. Entendemos que é cortado da reportagem o trecho em que ele supostamente explica como sofreu a agressão, e que mais do que não demonstrar preocupação, a reportagem o censura, ao eliminar a versão dele sobre a violência sofrida. O limite de voz e imagem se transpassam no momento em que ao não ter voz para se manifestar ativamente sobre sua própria história, recriam uma outra produção a partir daquilo que é aceito socialmente como o espaço do representado diante de estigmas sociais.

Quando observamos o objeto que estudamos aqui, percebemos nitidamente essa distinção representativa em diversos momentos. Um deles é o seguinte: não existem provas de que Paulo Sérgio tenha estuprado a mulher que roubou, e mesmo assim os jornalistas o apresentam como culpado. Apesar de a princípio Paulo Sérgio ser um criminoso pelo fato de ter roubado, a equipe responsável pelo jornal o transforma em vítima, tanto ao ser censurado, quanto no momento em que Uziel Bueno faz uma ameaça de estupro à Paulo Sérgio.

A representação do lugar de pertencimento, excluído no caso de Paulo Sérgio, pode ser associada a uma questão socioeconômica que trataremos adiante, na qual existe uma divisão de espaços e de aceitação do lugar do Outro. Me refiro a questão de que enquanto Uziel, detentor de um certo privilégio social, tem a liberdade (midiática e de classe) para



ameaçar Paulo Sérgio, a esse, em contrapartida, é permitido que seja direcionado um tratamento abusivo. E isso pensando os aspectos do Código de Ética dos Jornalistas Brasileiros: art. 7º O jornalista não pode, “II - submeter-se a diretrizes contrárias à precisa apuração dos acontecimentos e à correta divulgação da informação; V - usar o jornalismo para incitar a violência, a intolerância, o arbítrio e o crime” (FENAJ, 2007).

## **2.2 A VIOLÊNCIA (RE)PRODUZIDA NAS MÍDIAS**

Em um estudo sobre os desclassificados brasileiros, denominados por Souza (2014) como ralé, o autor propõe uma análise não exclusivamente economicista da questão de classes, questiona o que faz alguns ascenderem e outros não, e responde que o inédito sobre esses desclassificados é “a percepção de que eles formam uma ‘classe social específica’, com gênese, reprodução e ‘futuro provável’ semelhante” (SOUZA, 2014, p.4). Segundo o autor, a ralé é reduzida à energia muscular, já que não dispõe significativamente das pré-condições para aquisição de capital cultural indispensável para o mercado competitivo e moderno, e então praticam os trabalhos mais degradantes e pesados. Ele afirma que a ralé é explorada de modo muito mais cruel, pois é a classe que não dispõe significativamente das pré-condições para aquisição de capital cultural indispensável para o mercado competitivo e moderno. Paulo Sérgio é fruto dessa desigualdade social, que lança os pobres marginalizados em uma vala de condenação determinista. Criado nas ruas e analfabeto, Paulo Sérgio fica sujeito a fazer o que for necessário para tentar sobreviver em uma sociedade excludente, que é apática quanto às necessidades mínimas daqueles que não possuem recursos que lhe garantam algum desenvolvimento pessoal e familiar voltado para estímulos afetivos direcionados à aprendizagem. Ao tratar Paulo Sérgio desrespeitosamente, os jornalistas o colocam em um lugar sub representado, e passam a ideia de que pelo fato do jovem desconhecer as normas formais da gramática e por ter roubado, ele pode ser tratado e representado como se fosse outro resíduo criado por essa sociedade.

Pensando isso de acordo com uma leitura de França (2006), concordamos que a TV diz do estado de saúde da sociedade, com referência delineada. Se trata de uma referência adquirida de acordo com nosso histórico social, ancorada na legitimação das diferenças e na perpetuação de posições diferenciadas entre privilegiados e marginalizados, pensando a naturalização de lugares específicos ocupados por brancos e negros, ricos e pobres, detentores

e não detentores de capital cultural, originárias das raízes da formação brasileira, a escravidão.

As distinções de classe entre Paulo Sérgio e os jornalistas aparecem na reportagem analisada, que exhibe um telejornalismo policial, acompanha e reporta acontecimentos de caça aos criminosos, numa vinculação entre jornalismo e violência. Conforme Oliveira (2008), *Brasil Urgente* procura estabelecer um pacto de vigilância social, serviço público e jornalismo investigativo/denúncia para com o telespectador. E o episódio analisado é vinculado a uma produção jornalística de denúncia de crime caracterizada por ferir direitos fundamentais dos cidadãos. O episódio apresenta dois jornalistas brancos, diante de um garoto negro, numa representação simbólica do microfone e do espaço social privilegiado como arma, que fere os direitos e a imagem do jovem ao expô-lo ao ridículo. Em relação à reportagem, Eliane Brum (2012) fala de uma “violência sem contato físico” e “sem marcas visíveis”, portanto simbólica.

Neste trabalho, usaremos alguns modelos de análise, como de construção identitária, estereotipagem, racismo, violência, senso de justiça e moral coletivos para abordar nosso objeto. Principalmente levando em conta uma nota de 2011 da TV em foco<sup>6</sup>, que afirma que Uziel Bueno era um dos maiores nomes do jornalismo popular do nordeste, e que o Ibope do programa na época registrou a maior audiência do Brasil, 6,4 de média, em comparação a 4,4 pontos de média do mesmo programa em São Paulo. Conforme Lery (2017), em análise do *Brasil Urgente* nacional, é proferida continuamente a ideia de ‘direitos humanos para humanos direitos’, o que “pressupõe a incapacidade de se relacionar com uma face e a ideia de que o tratamento da alteridade vem precedido de um julgamento moral, contradizendo toda a ideia de uma ética baseada na tomada de responsabilidade pelo Outro” (LERY, 2017, p. 205). Enxergamos que essa linha de produção possui grande aceitação e cumplicidade por parte do público, principalmente levando em conta que, de acordo com notícia da TV em Foco de 2012<sup>7</sup>, de que com a entrada de Uziel Bueno para o *Brasil Urgente Bahia* os números da audiência do programa subiram. Enxergamos, a partir dessa receptividade pública do programa, que há intensa aceitação da ideia de ‘direitos humanos para humanos direitos’, e

---

<sup>6</sup> BRASIL Urgente Bahia têm a maior audiência do Brasil. Disponível em: <<https://www.otvfoco.com.br/brasil-urgente-bahia-tem-a-maior-audiencia-do-brasil-2/>>. Acesso em: 15 set. 2018.

<sup>7</sup> BAND Bahia comemora sucesso de audiência com o ‘Brasil Urgente’ regional. Disponível em: <<https://www.otvfoco.com.br/band-bahia-comemora-sucesso-de-audiencia-com-o-brasil-urgente-regional/>>. Acesso em: 10 set. 2018.

isso levando em consideração que Uziel também profere sentenças fortes de preconceito, como a que acontece no objeto que escolhemos.

A horizontalidade<sup>8</sup> de distribuição da TV implica no conteúdo e na construção de um repertório social comum que se refaz cotidianamente, que se ancora muitas vezes em uma legitimação simbólica de violência. A TV cria pautas mas também se submete à vida coloquial, na cultura, no universo referencial, ela não está alheia à vida social (França, 2006). Perpassa classe, gênero, faixa etária, localização geográfica e, por vezes, até diferenças culturais; ela é onipresente e se reproduz numa velocidade de informações (França, 2006). Essa velocidade é muito maior na internet, meio onde o objeto que analisamos aqui teve mais de 3 milhões e 700 mil visualizações, e no qual Mirella Cunha sugere a postagem do vídeo.

De acordo com França (2006), a TV tem linguagem simplificada, adaptada para falar a um público disperso, além de imagens que trabalham no nível das evidências e um ritmo imposto. Produtos televisivos como o objeto analisado aqui reconhecem uma representação da realidade, e apresentam aquilo que veem acontecendo ao seu redor a partir de ‘suas janelas’ de mediação, ou seja, a partir das bagagens culturais subjetivizadas e de socializações primárias e secundárias, os produtores apresentam o Outro a partir daquilo que entendem que eles representam na sociedade. Conforme Silverstone (2002)

a mediação tem consequências significativas para a maneira como o mundo aparece para a vida cotidiana e, como tal, essa aparência mediada, por sua vez, fornece uma estrutura para a definição e condução de nossos relacionamentos com o outro e, especialmente, com o outro distante. O outro que só aparece para nós dentro da mídia (SILVERSTONE, 2002, p. 3).

De fato, a mediação feita pelos jornalistas no episódio analisado aqui traz consequências sobre a personificação que é feita sobre Paulo Sérgio, e se dissipa sobre os outros membros da ralé, que sofrem esse processo de violência simbólica e de exclusão. É interessante pensar a colocação de Silverstone (2002), pois em que outras circunstâncias a classe média têm contato com pessoas como Paulo Sérgio, para além da televisão? Trata-se de um Outro que só aparece à classe média por meio de mediações televisivas.

Conforme França (2006), a TV é uma arena de discursos que representa certa continuidade do espaço público. Nela, encontram-se discursos sociais em disputas, múltiplas vozes, diversidades sociais refletidas, na qual ainda permanece um caráter institucional e de

---

<sup>8</sup> Essa horizontalidade é em relação aos espectadores receberem em um mesmo dia o mesmo episódio dos programas, independente de cor, classe ou gênero. Mas horizontalidade que, de acordo com Lery (2017), no caso do Brasil Urgente, possui 31% do público pertencente às classes A e B e 43% à classe C. A audiência de Brasil Urgente é bem distribuída entre classes se comparada a outros produtos da emissora

classe, com predomínio dos discursos hegemônicos e desigualdade de vozes. Esse caráter institucional compreende também questões de um racismo estrutural e institucional, pelo que entendemos a partir de um levantamento teórico feito por Silva (2017), de que

o racismo institucional é ‘velado’ por meio de mecanismos e estratégias presentes nas instituições públicas, explícitos ou não, que dificultam a presença do negro nestes espaços ou a presença do Estado onde há maior concentração da população negra (SILVA, 2017, p. 131).

Conforme o autor, o acesso não é dificultado por normas escritas e/ou visíveis, mas por barreiras formais, que perpassam as relações sociais reproduzidas nos espaços públicos, institucionais e/ou na formação de agentes do Estado. Trata-se de uma violência simbólica que, a partir de suas formas ideológicas, tomam corpo material em forma de ações que excluem e desmoralizam o outro.

Conforme mencionado anteriormente, a TV aberta brasileira veicula um imaginário do negro em situações degradantes e invisibilizadas. Degradantes no sentido que a jornalista Andréia Martins<sup>9</sup> afirma sobre a apresentação do negro como favelado e pobre estar na estrutura rotineira dos noticiários, e invisibilizada na lógica de Souza e Braga (2016). Os autores fazem uma análise a partir de um episódio do *Fantástico: O Show da Vida*, exibido no dia nacional da consciência negra em 2016. Eles apontam que fica evidente que o negro é representado na mídia como subcidadão, condicionado a viver em favelas, inexistentes aos olhos das instituições privadas, públicas e imprensa, o que justifica o esquecimento do programa Fantástico quanto ao tema da consciência negra, já que não houve nenhuma reportagem sobre o assunto. Eles apontam que o status de existência é concedido quando as mídias tratam do assunto, nomeando a importância dele; e que ao esquecer do negro no dia da consciência negra subentende-se que ele está invisibilizado no espaço do viver social. “Dessa forma, o negro não possui a sua cidadania plena atribuída, já que vive em situação extrema de pobreza, sem acesso às condições básicas de vida, saúde, segurança, educação, dentre outras” (SOUZA; BRAGA, 2016, p. 135). E entendemos que a partir dessa caracterização apontada pelos autores e pela jornalista Andréia Martins, dada a falta de representação dos negros diante do tema, a mídia subvaloriza os negros como cidadãos.

---

<sup>9</sup>MARTINS, Andréia. Representação do negro na TV: antigos estereótipos e busca de contextos positivos. Vestibular Uol. 02 janeiro 2015. Disponível em: <<https://vestibular.uol.com.br/resumo-das-disciplinas/atualidades/representacao-do-negro-na-tv-antigos-estereotipos-e-busca-contextos-positivos.htm>>. Acesso em: 23 junho 2018.

Lery (2017) critica a representação do outro no programa Brasil Urgente nacional, que têm o jornalista José Luiz Datena como âncora. Ela aponta que está dada uma impossibilidade de compreender o outro em sua essência, que é a alteridade. Segundo a autora, a ideia de monstrosidade do criminoso é uma imagem que Datena reivindica recorrentemente, reforçando a ideia de que os que descumprem a lei não devem ser entendidos como humanos. “O programa rejeita qualquer tipo de paradoxo em sua forma de narrar – característica descrita por Silverstone como um problema das mídias em geral, que não conseguem encontrar (...) uma maneira respeitosa de tratar a alteridade” (LERY, 2017, p. 204). Lery (2017) aponta que uma pista para investigar essa circularidade dos discursos emitidos pelo Brasil Urgente pode ser identificada em dados do DataFolha do dia 03 de novembro de 2016, segundo a qual 57% da população brasileira concorda com a ideia de que “bandido bom é bandido morto”. “É possível ver, por esses dados, como a reivindicação das categorias de “bandido” e “cidadão de bem” por Datena estão em diálogo com anseios e demandas de uma considerável parcela da população.” (LERY, 2017, p. 206). Conforme Lery (2017), há um engajamento ativo do espectador em reiterar essas representações. A aceitação pública e segmentada (entendemos que não é todo o público que aceita) desses programas, e principalmente a participação ativa do espectador e a grande audiência passam a ideia de uma busca desses programas por questões ligadas ao jornalismo policial, na busca por crimes. A sede de justiça de muitos daqueles que assistem ao programa pode ser saciada diante da brutalidade e desrespeito com que programas como esses tratam os cidadãos em situações similares à de Paulo Sérgio.

Retomamos a tese de França (2006), de que a TV é um lugar institucional em disputa política e econômica, centralizada em moldes empresariais com poder ligado à lógica institucional. Segundo a autora, as produções da TV possuem discurso hegemônico com desigualdade das vozes representadas. E trazemos o jornalismo para uma correlação com esse papel da ficção da TV. Enquanto a ficção televisiva retrata aspectos da vida cotidiana, da realidade corriqueira, o jornalismo traduz, pelo menos deveria traduzir, de modo mais fiel possível as diversas realidades vivenciadas. Ambos, a ficção televisiva e o jornalismo são produções que fazem uso de um discurso hegemônico, com desigualdade representativa e com poder ligado à lógica institucional e mercadológica. E uma explanação que pode ser evidenciada em ambos, no jornalismo e na ficção televisiva, é a questão de aceitar e

reproduzir um imaginário no qual a maioria dos negros e da ralé são representados em posições inferiores.

### **3. A CONSTRUÇÃO NATURALIZADA DA VIOLÊNCIA SIMBÓLICA E MATERIAL**

Neste capítulo, discutimos sobre as diversas formas de violência reproduzidas no objeto que escolhemos para analisar. Nos embasaremos em Stuart Hall (2016), que analisa representações e estereótipos do negro; em Jessé Souza (2014), que estuda sobre as classes; em teorias de Marcos Bagno (2009), que pensa sobre o preconceito linguístico; em Slavoj Žižek (2014), que analisa diversas formas de violência; sobre perspectivas de Rancière (2014), que faz análises sobre representações nas imagens; e em estudos de Silverstone (2002), que pensa sobre cumplicidades nos processos de mediação entre mídias e público.

Em nosso estudo sobre diferenças sociais e reprodução de estereótipos, usamos da teoria de Hall (2016), que faz uma historicização sobre a construção do estereótipo racista, e se baseia no imaginário social da prática de representação na produção de significados. Ele argumenta, com exemplos, a perpetuação violenta do racismo após a abolição da escravidão, que se perpetua no simbólico e é materializada.

Entendemos que há uma correlação entre a perpetuação da escravidão que Hall (2016) apresenta, e o que Souza (2018) argumenta sobre sermos uma sociedade com ódio aos pobres, sentimento oriundo da escravidão, quando não se importavam com a dor e o sofrimento dos mais carentes, social e economicamente. Souza (2014) aponta que no Brasil acontece uma leitura economicista e redutora da realidade social quanto ao tema da produção e reprodução das classes. Ele critica essa leitura com o argumento de que ela nivela as diferentes classes, posto que não percebe a origem da reprodução dessas. Segundo Souza (2014), o economicismo parte da ideia de que a realidade econômica esclarece toda a realidade social, e acredita na colocação do indivíduo em sociedade a partir da idade adulta, com iguais possibilidades para todos, e portanto sem distinção de classes.

Em seu estudo, Souza (2014) apresenta a ralé e os batalhadores, conceitos de classe ancorados em uma estagnação violenta, utilizados por ele para dar nuance ao que os economicistas entendem como classes baixas, D e E. Ambos, ralé e batalhadores são precarizados socialmente, com a diferença de que os últimos possuem maiores recursos e

possibilidades de ascensão social, decorrente da maior probabilidade de aquisição de capital cultural e estímulos para isso. Souza (2014) argumenta que, na sociedade, a ralé pode ser definida como a classe abaixo da classe trabalhadora, pois para fins analíticos ela é caracterizada pela ausência de estímulos afetivos voltados para a prospectividade de futuro. Conforme o autor, a ralé está inserida numa incapacidade estrutural, na socialização familiar e sempre de classe, de dispor desses estímulos e das pré-condições emocionais, psíquicas e cognitivas, necessárias para incorporar conhecimento útil e competitivo para o mercado de trabalho. E conclui que, no caso da ralé, a questão primordial é a da ausência de “pressupostos indispensáveis ao aprendizado do papel social de ‘produtor útil’ no contexto da economia competitiva” (SOUZA, 2014, p.4).

Em contraposição à ralé, Souza (2014) apresenta o conceito de personalidade sensível, que se refere àqueles com capacidade de adquirir capital cultural por meio de incentivos, enquanto a ralé são os precarizados socialmente, sem estímulos ao aprendizado e ao pensamento voltado para o estudo e aquisição de cultura, seja em sua socialização primária ou secundária. Essa realidade economicista joga todos os cidadãos em um mesmo espaço de pertencimento político, social e econômico, como se todos tivessem acesso às mesmas oportunidades, um argumento que cria a ideia profundamente enraizada e colérica de meritocracia, como se não houvesse uma estrutura que suga dos mais pobres até mesmo o acesso à educação e saúde básica.

É, entre outras coisas, o que acontece no objeto que analisamos. Ao expor Paulo Sérgio ao ridículo por causa do seu não conhecimento formal da língua portuguesa, e por não saber pronunciar formalmente uma palavra, acontece também uma legitimação de um preconceito linguístico ao qual milhões de brasileiros estão sujeitos. E isso como se a língua não tivesse sua própria organicidade e não seguisse as relações sociais e suas realidades mutáveis ao longo do tempo.

Conforme apresenta Bagno (2009), existe um círculo vicioso em relação ao preconceito linguístico: “a gramática tradicional inspira a prática de ensino, que por sua vez provoca o surgimento da indústria do livro didático, cujos autores - fechando o círculo - recorrem à gramática tradicional como fonte de concepções e teorias sobre a língua” (BAGNO, 2009, p. 94). O autor critica o fato de que muitos linguistas esquecem o uso brasileiro do português, e se embasam muitas vezes nas regras gramaticais do português de Portugal para formular suas críticas e teorias, deixando de lado a complexidade da nossa

língua ‘particular’, de um país de imenso território com variedades linguísticas pensando diferentes localizações geográficas e distintas variações nas pronúncias das palavras. Conforme Souza (2018), a sociedade brasileira é oriunda da escravidão, donde se têm um extenso processo de exclusão e marginalização, e isso no meio social, econômico e na própria língua, à qual apenas os mais abastados possuíam acesso.

A ralé é condenada a praticar trabalhos degradantes, e a não socialização familiar voltada para o estímulo ao estudo e possibilidade de ascensão social, somada à falta de oportunidades, propicia essa condenação. Segundo o jornalista Rodrigo Silva (2013), Paulo Sérgio é morador de rua desde criança e não teve acesso à educação básica, um dos suportes mínimos oferecidos pelo Estado. Paulo Sérgio não tem recursos que lhe garanta privilégios, e a ele são direcionadas a violência e a opressão. Aos opressores, dá-se o livre acesso às delegacias para violentar direitos individuais, como no momento em que Mirella Cunha ridiculariza a fala de Paulo Sérgio, por conta de sua falta de conhecimento formal da língua portuguesa, já que a gramática normativa também é um instrumento de poder e controle social. A própria constituição brasileira, que diz que todos os indivíduos são iguais perante a lei, é escrita com uma linguagem na qual uma parcela reduzida da população consegue entender.

Souza (2014) afirma que a ralé e os batalhadores, classes populares, não dispõem de nenhum dos privilégios de nascimento das classes média e alta, pois

a socialização familiar é muitas vezes disruptiva, a escola é pior e muitas vezes consegue inculcar com sucesso “insegurança” na própria capacidade, os exemplos bem-sucedidos na família são muito mais escassos, quando não inexistentes, quase todos necessitam trabalhar muito cedo e não dispõem de tempo para estudos, o alcoolismo, fruto do desespero com a vida, ou o abuso sexual sistemático são também “sobrerrepresentados” nas classes populares (SOUZA, 2014, p.6).

Zizek (2014) também pensa sobre a violência exercida pelo monopólio do capital cultural por determinadas classes, e faz um apontamento sobre a família Lossky, da antiga URSS, que foi expulsa pelos comunistas. Sobre isso, o autor aponta que essa família (elite) simplesmente não conseguia compreender porque queriam destruir seu estilo de vida, já que eram herdeiros do melhor que a Rússia podia oferecer, e haviam contribuído para melhorar o mundo com suas conversas sobre arte, música e literatura. E o autor reitera que

embora Lossky fosse sem dúvida uma pessoa benevolente e sincera, que realmente se preocupava com a assistência à pobreza e estava empenhada na tentativa de civilizar as condições de vida russas, esta sua atitude trai uma sensibilidade arrepiante frente à violência sistêmica necessária para que uma vida tão confortável fosse possível (ZIZEK, 2014, p. 23).



A partir do que Souza (2014) e Zizek (2014) argumentam, entendemos que existe uma invisibilização de processos sociais excludentes, na tentativa de prover uma desigualdade que é mascarada de igualdade. Essas classes mais privilegiadas, por vezes, partem do pressuposto de que os seus ‘direitos por natureza’ não inferem na miséria alheia, como se não houvesse uma violência simbólica que perpassa toda a realidade social e que permite a reprodução de uma violência material invisibilizada, evocada na realidade social quando vemos que muitos não têm o que comer.

Segundo Souza (2014), toda sociedade constrói um mito para aqueles que não são especialistas no modo como a sociedade funciona. E o mito da falta de dignidade da ralé e dos batalhadores distorce a realidade tanto quanto a falsa justificação da meritocracia. Essa naturalização dos privilégios no interior dos lares faz com que as classes com maiores condições financeiras acreditem que seus méritos são conquistados pelos seus esforços individuais, e não por seus privilégios de nascimento.

Que o ‘privilégio’ apareça como ‘merecido’ é a forma especificamente capitalista e moderna de legitimação da desigualdade social (...) a ‘cegueira’ do economicismo é, portanto, dupla: ela é cega em relação aos aspectos decisivos que reproduzem todos os privilégios e é cega, também, em relação à falsa justificação social de todos os privilégios (SOUZA, 2014, p.3).

Esse merecimento que imaginam ter por direito podemos compreender a partir do que explicitamos acima sobre os Lossky; e um exemplo desse mito da falta de dignidade da ralé e batalhadores pode ser visto em nosso objeto. É veiculado e transmitido um imaginário no qual Paulo Sérgio, membro da ralé, está jogado nessa cegueira economicista, como se ele tivesse acesso aos direitos básicos fornecidos pelo Estado. Os repórteres usam o jornalismo para incitar uma violência simbólica de representação social contra o jovem, e fazem uso de sua personalidade sensível para legitimar uma desigualdade que assola aqueles que se encontram em situações de não privilégio. Não estamos aqui defendendo que é certo roubar alguém, mas tentando entender mecanismos que permitem que muitos sejam assolados na miséria e humilhados por causa dela, enquanto uma outra parte se sente no direito de ofender aquele que já se encontra em uma posição nada favorável social, política e economicamente. O que vemos na reportagem é um mecanismo de exclusão simbólica em ação, acontecimento que pode ser associado a diversos outros de dimensão material, como a questão do exército nas favelas do Rio de Janeiro, e também o aumento da fome no Brasil nos últimos anos.

**Figura 2: Imposição de Mirella Cunha sobre Paulo Sérgio**



**Fonte: frame da reportagem**

Na imagem acima, podemos ver, por exemplo, uma certa imposição, na qual associamos a ideia do microfone como arma. A posição inclinada do pescoço de Mirella, junto à forma como ela aponta o microfone para Paulo Sérgio, é entendida, por nós, como uma imposição para que o jovem fale.

No episódio, os responsáveis pelo programa constroem uma realidade a partir do que entendem como possibilidade de acontecimento diante de uma relação determinista, pautada numa ideia de acontecimento futuro: se roubou, também estupraria. A construção da exclusão se dá em torno da estereotipagem, numa relação de domínio econômico, político e cultural, em torno da ideia de uma supremacia branca, da qual Hall (2016) critica uma rigorosa discrepância entre a ideia de branco civilizado e selvageria do negro. Ao nosso entender, a equipe do programa caracteriza Paulo Sérgio como 'selvagem', visto a sua educação escolar precária. Entendemos também, a partir de Bagno (2009) e Souza (2018), que o preconceito linguístico está ancorado em questões coloniais, que quer seguir as normas Portuguesas; de um preconceito linguístico enraizado em um sentimento colonialista, de bases escravocratas.

Segundo Rancière (2014), o público deve ser tirado da passividade, e a imagem intolerável é aquela que não age sobre a passividade do espectador. E fazemos uma correlação com Silverstone (2002), que por sua vez entende que o público é engajado nas representações excludentes. Os receptores são ativos, e quando não questionam a realidade

apresentada, não se trata de ingenuidade, mas de um engajamento com aquilo que é mostrado, o público e cúmplice na medida em que não questiona sobre a produção e seus processos. E no caso, tanto a produção do programa quanto seus públicos emitem e/ou reproduzem uma marginalização social diante de um produto televisivo que é pautado segundo lógicas mercadológicas, hegemônicas e de homogeneização.

Enxergamos no objeto estudado uma produção com senso de justiça voltado para violência, a partir de uma tentativa de arrancar do jovem uma confissão de crime, dada a insistência dos jornalistas em afirmar que ele estuprou, até que em um determinado momento ele declara, contrariado: “eu caio como estuprador”. Mirella Cunha pressiona Paulo Sérgio insistentemente, e isso se assemelha a episódios de tortura psicológica, com intuito de arrancar a confissão que ela quer ouvir, até que Paulo Sérgio cede à pressão imposta sobre ele, também a partir da humilhação que lhe é imputada. O Código de Ética dos Jornalistas Brasileiros afirma, no art. 4º, que “o compromisso fundamental do jornalista é com a verdade no relato dos fatos, deve pautar seu trabalho na precisa apuração dos acontecimentos e na sua correta divulgação” e o art. 6º diz “é dever do jornalista, I - opor-se ao arbítrio, ao autoritarismo e à opressão, bem como defender os princípios expressos na Declaração Universal dos Direitos Humanos”; art. 9º “a presunção de inocência é um dos fundamentos da atividade jornalística” (FENAJ, 2007). Entretanto, o que acontece é todo um descumprimento dessas regras fundamentais para um bom funcionamento social do jornalismo. E com isso não queremos pregar aqui um tipo ideal de jornalismo, mas sim uma lógica mínima de respeito à profissão e àqueles que são fontes jornalísticas. Entendemos que o sistema de representação vigente parece ser mais forte do que as normas de conduta profissional.

As classes sociais privilegiadas invisibilizam todo um processo social excludente. No episódio estudado, o simbolismo da posição dos jornalistas diante do acusado se desvela. O discurso emitido nesse episódio, somado à posição ocupada pelo jovem pode ser entendido como simbólico pensando o racismo, levando em conta a afirmação de Souza (2018) sobre nossa origem escravocrata e a indiferença em relação à humilhação do Outro, pobre marginalizado. O trabalho da produção do programa como um todo é apático quanto ao jovem e sua situação social, colocando-o no lugar de um “outro” ao qual não precisam respeitar. É a questão da violência simbólica apresentada por Eliane Brum, na qual os repórteres fazem uso de seu espaço social para utilizar o microfone como arma e propagar todo um ódio que é disseminado para com esses desfavorecidos. Violência simbólica que se

materializa a partir de um discurso de não aceitação das distintas classes, partindo de uma propagação da violência linguística, que é dirigida à Paulo Sérgio, mas que atinge todos que se encontram na mesma condição que ele; e também de uma violência social e econômica, na qual se sabe das dificuldades a que esses mais pobres estão inseridos, mas se opta por transparecer um outro lado do problema: a criminalidade desses pobres, e não os crimes que um Estado falho e uma sociedade doente cronicamente cometem para com esses.

Associamos a isso o que Souza (2018) fala sobre o fantasma de ser indigno e de não ser gente que paira sobre as classes populares, dividida em pobre delinquente, o bandido ou a prostituta, e o pobre honesto, que aceita as regras da sociedade excludente. Souza (2018)<sup>10</sup> fala sobre as classes sociais, formadas a partir de uma continuidade do ideal escravocrata, na qual os negros não eram considerados gente; e agora, os pobres carregam esses estigmas. Os negros são a maioria dos pobres, desempregados, e sub representados. A ralé e os batalhadores são os novos escravos, e a eles são direcionados a violência, tanto simbólica quanto material. A grande maioria dos moradores de favelas são pobres, e a partir de um estigma social que pensa que nas favelas existem apenas criminosos, é legitimada uma violência estatal, que permite o envio de tropas do exército para fazer a “vigilância” desses locais. Essa vigilância, entretanto, não é com intuito de proteger os moradores desses lugares pouco assistidos, e tem um efeito que gera mais violência, a partir de ações que executam diariamente pessoas pobres, trabalhadores com poucos recursos, que justamente por conta de sua falta de condições são associados à bandidos. A esses pobres são direcionados tratamentos não humanos. E mais uma vez trazemos uma associação com o objeto de estudo, que é a questão na qual no momento em que Paulo Sérgio fala que foi espancado, ninguém o questiona sobre isso, demonstrando alguma possível preocupação. Ao proferir a frase, ela é aceita de forma natural, como se por estar na condição em que se encontrava, não tivesse importância o sofrimento que lhe foi causado.

Segundo Souza (2014), as classes não estão condenadas para sempre. O trabalhador útil pode ascender socialmente se tiver as devidas condições políticas e econômicas para aquisição de capital cultural; mas a ralé, em contraposição, está, de certa forma, em uma condenação perpétua. O autor conclui que, no Brasil, o verdadeiro problema que humilha não apenas os excluídos sociais é a grande desigualdade social, com escola, saúde e segurança

---

<sup>10</sup> MASSUELA, Amanda. Jessé Souza: ‘é preciso explicar o Brasil desde o ano zero’. Revista Cult, 1 out. 2017. Disponível em: <<https://revistacult.uol.com.br/home/jesse-souza-a-elite-do-atraso/>>. Acesso em: 20 abril 2018.

pública de má qualidade. “O que nos afasta das sociedades ‘moralmente superiores’ é que exploramos, aceitamos e tornamos fato natural e cotidiano conviver com gente sem qualquer chance real de vida digna e sem termos nenhuma culpa nisso.” (SOUZA, 2014, p.10). Os pobres lideram estatísticas como o analfabetismo. Paulo Sérgio é mais um desses analfabetos em condições de vulnerabilidade socioeconômica, excluído socialmente. Na reportagem, é expresso esse fato natural cotidiano de se conviver com as classes mais baixas sobrevivendo sem chance de vida digna sem que tenhamos culpa por isso. Na reportagem, a desigualdade é mostrada aos espectadores, mas em vez de gerar culpa, gera medo; a revolta é contra o indivíduo, e não contra o sistema.

Em correlação à questão apresentada por Souza (2014) de tornarmos fato natural convivermos com pessoas sem chance real de vida digna, tomamos dois documentários para uma breve análise. Esses documentários são produtos midiáticos, que trazem uma representação da realidade característica de duas ou mais esferas sociais que se “complementam”, mas que uma é fortemente excluída pela outra. Os documentários são “Ilha das flores” (1989), de Jorge Furtado, e “Hiato” (2008), de Vladimir Seixas. Esses produtos midiáticos, ao nosso entender, caracterizam bem o que Souza (2014) argumenta acima. O primeiro produto apresenta uma parte da sociedade brasileira extremamente miserável, sendo que essa parcela populacional come os restos das comidas dos porcos, ou seja, aquilo que nem os porcos quiseram é que é destinado para alimentação dessas pessoas. O segundo documentário apresenta uma parcela da população não tão miserável quanto o primeiro, mas são também pessoas com poucos recursos. Nesse segundo trabalho, é apresentado um momento no qual algumas pessoas de periferias se juntam em multidões, pegam ônibus e vão direto para o Shopping. Enquanto no primeiro produto audiovisual não havia uma contestação pública em relação à exclusão ali escancarada, no segundo essa relação é exposta, pois tanto frequentadores do Shopping, quanto atendentes de lojas, seguranças e gerentes demonstraram não aceitarem aquelas pessoas no local, como se pelo fato de não poderem comprar ali, eles também não pudessem frequentar.

Entendemos que “Ilha das flores” se trata de uma violência material, enquanto “Hiato” de uma violência simbólica. E o que estudamos aqui é também relacionado à essa questão simbólica e material de exclusão, que de tão intensa, perpassa o simbolismo para se efetivar no real, no qual a distinção de espaços é aceita, desde que o Outro não interfira no cotidiano alheio e, ao interferir, mesmo que pacificamente, ele é tratado como criminoso.

Ancoramos nossa argumentação a partir de um trecho de Souza (2014) explicitado anteriormente, e também do que já trouxemos acima sobre os Lossky. Enquanto é aceito de modo natural que exista uma classe miserável, vivendo abaixo das condições mínimas de sobrevivência, existem também as classes que se sentem no direito natural de usufruírem da servidão do outro, usando para isso um discurso de afirmação de seus direitos a partir de uma contribuição para o capital intelectual do qual fazem parte.

A todo momento da reportagem o jornalismo é exercido como prática de desvendar um suposto crime. O próprio âncora, no final do vídeo, diz que ‘o cara é acusado de estupro’, enquanto Mirella Cunha aponta: ‘Não estuprou mas queria’. Esse episódio transforma o jovem em um estuprador, ainda que sem provas. E isso acontece a partir de uma legitimação social excludente diante de barreiras sociais visíveis, mas que tentam invisibilizar, tentando fazer parecer que nossa sociedade é igualitária, pautada em uma realidade economicista e que por isso todos têm acesso às mesmas oportunidades. Esse senso de moral e justiça trabalha de acordo com uma lógica seletiva de criminalização do outro, que imputa consequências severas (imagem de estuprador), e a exclusão de uma possibilidade de inocência, um dos pressupostos da Ética Jornalística.

Segundo Lery (2017), programas como Brasil Urgente têm um contrato explicitamente excludente. A autora aponta que a compreensão dos significados propostos por Brasil Urgente implica um olhar que compreende valores que sustentam discursos midiáticos com empatia minguada em relação àqueles em situação de exclusão ali narrados, olhar que é frequentemente contrário aos direitos humanos e legitimador da violência institucional. Conforme apresenta Silva (2017) em um levantamento teórico, o racismo “institucional pode ser definido como o fracasso coletivo das organizações e instituições em promover um serviço profissional e adequado às pessoas em razão da sua cor, cultura, origem racial ou étnica” (SILVA, 2017, p. 131). Trata-se de uma violência palpável, que se perpetua no imaginário social a partir da figuração de uma violência simbólica.

Hall (2016) fala de estereótipos da realidade britânica na perpetuação desses imaginários de violência. E no imaginário social brasileiro esse pensamento ainda persiste e se relaciona com algumas das situações de exclusão analisadas por Souza (2014). Por exemplo, dentre os cinco estereótipos criticados por Hall (2016) a partir de um estudo de Donald Bogle, traremos aqueles que se enquadram em nossas representações midiáticas, a saber: os malandros, “os ‘pretos’ inúteis, aquelas criaturas subumanas, suspeitas, loucas,

preguiçosas, que não servem para nada senão comer melancia, roubar galinhas, atirar lixo ou massacrar a língua inglesa” (HALL, 2016, p. 177); a mulata trágica, mulher miscigenada, sexualmente sedutora para homens brancos, por causa de seu sangue parcialmente ‘puro’, mas que carrega uma ‘mancha’ de sangue negro que a condena a um final trágico; e as mães pretas - serventes domésticas com total devoção à casa dos brancos e subserviência incontestável no trabalho. Em alguns programas de TV brasileiros, podemos ver a reprodução desses estereótipos, por exemplo, no *Mussum*, negro bêbado, vagabundo, que se vestia com farrapos e não tinha perspectivas; a globeleza, que é apresentada de forma sensual e sexualizada, e representa o maior símbolo do carnaval brasileiro e do samba; e a tia Nastácia, serva eterna e fiel de dona Benta.

Esse massacre da língua inglesa apresentado por Hall (2016) podemos associar com o preconceito linguístico, expresso na reportagem; além da questão explicitada aqui a partir de uma leitura de Souza (2018), sobre os pobres e os muitos pobres serem consequência da escravidão no Brasil, sendo que a língua é um instrumento de dominação. E a partir disso fazemos uma correlação com nosso objeto. Paulo Sérgio é um jovem pobre, negro, morador de rua, analfabeto. E diante de análises sobre o objeto que estudamos, é possível enxergar que os jornalistas veem em Paulo Sérgio alguém que “massacra” a língua portuguesa, e exercem sobre o jovem diversas formas de violência.

Segundo Hall (2016), nas imagens contemporâneas de jovens negros, os estereótipos persistem, por exemplo, no ‘ladrão’, ‘barão da droga’, cantor de rap, nos grupos de ‘negros com atitude’ e, genericamente, na ‘agressiva’ juventude urbana e negra. No Brasil, segundo os jornalistas Beatriz Ramos e José Lima, em notícia de 2018, 64% dos presos são negros; segundo os jornalistas, um relatório da Defensoria Pública do Rio de Janeiro afirmava que a possibilidade de um branco preso em flagrante ser solto ao ser apresentado ao juiz é 32% maior do que um negro na mesma situação.

Nessa reportagem que analisamos, o compromisso “entre a mídia e o sistema punitivo brasileiro acaba por reforçar estereótipos historicamente construídos em relação à clientela do Direito Penal no Brasil” (ENGELMANN; CALLEGARI; WERMUTH, 2016, p. 9). Esses estereótipos se referem ao da escravidão, e mesmo não se referindo à realidade brasileira, podemos usar a crítica de Hall (2016) quanto à estereotipagem de condição primitiva dos negros, que por muito tempo a sociedade afirmou serem aptos para trabalhos braçais, e sem capacidade para trabalhos intelectuais. Esses estereótipos do sistema punitivo brasileiro

também perpassam essa violência institucional, no conceito de que o racismo institucional “sempre coloca pessoas de grupos raciais ou étnicos discriminados em situação de desvantagem no acesso a benefícios gerados pelo Estado e por demais instituições e organizações” (SILVA, 2017, p. 130). E não necessariamente os benefícios, mas também o acesso à saúde básica, pensando a questão por exemplo da violência obstétrica contra a mulher negra. Conforme o Géledes<sup>11</sup>, “entre mulheres negras, é comum ouvir relatos de médicos que recusam a aplicação de anestésias ou que realizam o exame de toque de forma dolorosa. Segundo elas, estes profissionais se valem de uma máxima racista de que a mulher negra *‘é mais forte’*”.

De acordo com Hall (2016), a naturalização das diferenças com intuito de reduzir os negros a aspectos naturais e primitivos era uma característica de políticas racializadas de representação, “a lógica por trás da naturalização é simples. Se as diferenças entre negros e brancos são ‘culturais’, então elas podem ser modificadas e alteradas. No entanto, se elas são ‘naturais’ (...), estão além da história, são fixas e permanentes” (HALL, 2016, p.171). A naturalização visa fixar a diferença para sempre, colocando o Outro marginalizado num lugar distanciado do ‘eu’. Portanto, é aceito que esse Outro seja tratado de forma diferente: menosprezado e/ou humilhado. E a reportagem analisada retrata um episódio comparável àqueles ocorridos na escravidão, como a humilhação pública do negro, que foi tratado como se não fosse gente e não tivesse direitos. As diferenças entre os jornalistas e Paulo Sérgio são visíveis: o jovem é negro, pobre, morador de rua e marginalizado socialmente, enquanto os jornalistas da reportagem representam um certo ideal de cidadão em sociedade, são trabalhadores ‘membros’ dessa personalidade sensível.

Souza (2014) reitera que a ralé representa um exército disponível para fazer de quase tudo e ser explorada pelas classes do privilégio. Pois enquanto os filhos dos batalhadores e da ralé são condenados à reprodução de sua própria miséria, e usam de seu tempo para fazer serviços braçais e pesados para os dominantes economicamente, os filhos das classes médias e altas gastam seu tempo com eles mesmos, no estudo de línguas e na aquisição de capital cultural técnico e literário sofisticado.

É este tempo “roubado” de outra classe que permite reproduzir e eternizar uma relação de exploração que condena uma classe inteira ao abandono e à humilhação, enquanto garante a reprodução no tempo das classes do privilégio. “Luta de classes”

---

<sup>11</sup> UMA em cada quatro mulheres é vítima de violência obstétrica no Brasil. Disponível em: <<https://www.geledes.org.br/uma-em-cada-quatro-mulheres-e-vitima-de-violencia-obstetrica-no-brasil/>>. Acesso em: 06 outubro 2018.



não é apenas a ‘greve sindical’ ou a revolução sangrenta nas ruas que todos percebem. Ela é, antes de tudo, o exercício silencioso da exploração construída e consentida socialmente (SOUZA, 2014, p.5).

Segundo o autor, é necessário ter tido em casa uma socialização que proporcione estímulos afetivos para aprendizagem e concentração nos estudos, pensando as possibilidades de futuro como algo mais importante do que o que se é no presente. E essa socialização também é impossibilitada para a ralé por causa da ausência de condições materiais dessa classe.

Segundo Souza (2014), muitas famílias da ralé são dominadas pela baixa autoestima e capacidade de concentração. O diferencial das classes privilegiadas é que elas possuem a crença em si mesmas e em suas capacidades, produto de estruturação de uma autoconfiança de classe “tão necessária para enfrentar todas as inevitáveis intempéries e fracassos eventuais da vida sem cair no alcoolismo e no desespero e usufruir do ‘reconhecimento social’ dos outros como algo tão natural como quem respira” (SOUZA, 2014, p.6).

Hall (2016) aponta que as ansiedades e intensos medos dos brancos eram aprofundados por alegações de que a abolição da escravatura levaria à miscigenação generalizada, casamentos inter-raciais e à degeneração da raça branca. Entretanto, o que continua acontecendo é uma falta de espaço para representatividade dos negros. Segundo o Gemaa, Grupo de Estudos Multidisciplinares de Ações Afirmativas, num estudo de 1995 a 2014, apenas 10% dos papéis de novelas globais foram representados por negros. A primeira protagonista negra de Malhação foi em 2016, e era uma faxineira. A personagem Adelaide, do programa Zorra Total, era uma negra desdentada e pedinte. Essas representações falam de uma naturalização de estereótipos do negro na sociedade, e acontecem tanto no entretenimento como no jornalismo. Como afirmam Paulo Vaz e Ricardo Mendonça em artigo publicado em 2002, quando os negros chegam a alcançar as páginas dos jornais, eles aparecem em momentos de rebeldia e revolta.

Conforme Hall (2016), a diferença é necessária na produção de significados e identidades sociais para percepção do eu como sujeito, mas também essa diferença é perigosa, pois podem estar presentes sentimentos negativos, de agressões e hostilidades dirigidas ao ‘Outro’, a exemplo do racismo.

Segundo Hall (2016), é comum uma representação de pessoas significativamente diferentes em “eles” e “nós”, numa forma binária de representação, na qual o discurso

racializado se estrutura. Esse discurso perpassa o imaginário social, e se reproduz em práticas cotidianas. O autor aponta que as oposições binárias podem ser reducionistas, exageradamente simplificadoras e naturalizadoras da estereotipagem.

O problema é que os negros estão presos na *estrutura binária* do estereótipo, a qual está dividida entre dois extremos opostos (de serem infantis ou agressivos), e são obrigados a *ir e voltar interminavelmente entre um e outro*, muitas vezes sendo representados como *os dois ao mesmo tempo* (HALL, 2016, p. 199, parênteses nosso).

Hall (2016) repreende distinções agrupadas em torno da ideia de uma suposta ligação do desenvolvimento intelectual da raça branca em contraste com a “raça” negra, bem como o pensamento de diferença racial ligada ao “primitivismo” inato aos negros, que os tornava geneticamente incapazes de refinamentos civilizados. Segundo Jesus (2018), a construção social e cultural do conceito de raça ainda é utilizada como instrumento de exclusão e opressão. Esses pensamentos e ideias predominantes durante a escravidão e até mesmo após a abolição é que determinavam/determinam sentimento social de menosprezo e marginalização sobre negros em condições sociais precárias. Nessa lógica, determinados seres humanos são entendidos como Outros, com características e posições sociais determinadas, fenótipo negro e relação social de exclusão, aptos apenas a um tipo de serviço, o manual, rejeitado pelos incluídos.

Hall (2016) afirma que em ambientes como a publicidade, as pessoas negras também têm sido figuradas em circunstâncias cotidianas, o que inclui casais miscigenados, personagens negros como estrelas de TV ou programas de televisão, como filmes ou novelas, que retratam a vida familiar dos negros. No entanto, no Brasil, segundo o Gemaa<sup>12</sup>, no total dessa produção televisiva, somente 4% foram protagonizados por mulheres não brancas e 1% por homens não brancos; esses 4% representam 7 protagonistas ao todo, sendo que apenas três atrizes fizeram os 7 papéis: Thaís Araújo, Camila Pitanga e Juliana Paes.

Conforme Hall (2016), perdura na mídia popular o imaginário de que o crime de rua é quase unicamente praticado por negros, e essa fixação da ideia de criminalidade negra persiste desde a década de 70. Conforme o autor, apesar da representação de celebridades negras na mídia popular, são frequentes a demonização da juventude negra em reportagens do jornalismo investigativo que tratam sobre desordem e crimes, e é a partir disso que nosso

---

<sup>12</sup> GRUPO DE ESTUDOS MULTIDISCIPLINARES DE AÇÃO AFIRMATIVA (GEMAA). **Raça e Gênero nas Novelas dos Últimos 20 anos.** [2015?]. Disponível em: <<http://gemaa.iesp.uerj.br/infografico/infografico3/>>. Acesso em: 10 junho 2018.

objeto ganha força para ser analisado. Mesmo que o jornalismo seja qualitativamente diferente dos programas de entretenimento, ele também fornece uma representação da vida cotidiana, está sujeito a critérios de seleção que também se estabelecem a partir de um sistema de representações racializadas (Hall, 2006). Em uma correlação com um acontecimento no Brasil, tomo como exemplo a prisão do rapper Mano Brown em 2015. Conforme o site do G1<sup>13</sup>, policiais estavam fazendo blitz e pediram para que Mano Brown saísse do carro. Quanto a isso, o advogado do rapper informou que assim que o cantor saiu, o policial disse para ele pôr a mão em cima do carro, e quando levantou as mãos para isso, o policial o puxou, algemou e jogou no chão. Esse tipo de abordagem é comum quando acontece algum crime ou desacato, o que não foi o caso. E independente de acontecer algum crime, esse tipo de abordagem é comum para uma certa parcela da população. Entendo isso a partir de uma lógica na qual, segundo vídeo do canal Futura<sup>14</sup>, a proporção de negros vítimas da violência policial é três vezes maior em relação aos brancos; morrem duas vezes mais negros do que brancos.

#### 4 CONSIDERAÇÕES FINAIS

A partir do constructo teórico deste trabalho, são necessárias algumas considerações. Este trabalho foi elaborado, a princípio, com intuito de criticar o trabalho feito pela repórter Mirella Cunha na reportagem “Chororô na delegacia: acusado de estupro alega inocência”. No entanto, no decorrer da pesquisa, percebemos que havia mais de um responsável por produzir a reportagem do modo como se fez, e concluímos que a produção do produto como um todo era de responsabilidade de todos os jornalistas presentes, e não apenas Mirella Cunha. E queremos ressaltar que o aparato conceitual utilizado pode ser usado para uma compreensão social muito mais ampla, levando em conta que examinamos a reportagem do Brasil Urgente Bahia, mas se trata de um trabalho que é válido para diversas reportagens, de distintos programas brasileiros, que pregam um desrespeito aos cidadãos brasileiros, e fazem, para isso, uso de um sistema representacional excludente que se ancora no senso comum.

---

<sup>13</sup>MANO Brown é detido em São Paulo. 06 abril 2015. Disponível em: <<http://g1.globo.com/sao-paulo/noticia/2015/04/mano-brown-e-detido-em-sao-paulo.html>>. Acesso em: 15 junho 2018.

<sup>14</sup>CANAL FUTURA. **Diz aí - Enfrentamento ao extermínio da juventude negra - Ep. 03 - Polícia**. 2013. (7 min 39 s). Disponível em: <<https://www.youtube.com/watch?reload=9&v=bAStHndMc9Q>>. Acesso em: 15 junho 2018.

Tivemos como um de nossos principais operadores de análise o sistema de representações, a partir de estudo de Hall (2016) sobre estereotipagem, e de Souza (2014), sobre os desclassificados brasileiros, ou seja, as classes inferiores, estigmatizadas. Entendemos que as exposições midiáticas excludentes são transversais, e perpassam publicidade, entretenimento e jornalismo.

Entendemos que a reportagem em questão fere diversos princípios inerentes à profissão jornalística, sendo que, de imediato, o que mais chamou atenção para o vídeo foi o modo como a jornalista se posiciona e se impõe diante do acusado. Entendemos que existe uma violência institucional que é legitimada e permite tratamentos abusivos e desrespeitosos para com as pessoas, a depender da classe social a que pertencem Silva (2017).

No decorrer de nossas análises, entendemos que há um preconceito social escancarado, mas que de certa forma ele se invisibiliza dentro de um processo de produção televisiva centralizada em moldes empresariais e econômicos, que dá voz apenas àqueles que podem pagar por ela França (2006). Os que não possuem recursos para isso, são seres sem nome que ficam marcados a partir do visão que os produtores televisivos têm deles. A partir de França (2006), entendemos que a produção é feita pelas classes com mais recursos, e isso acontece através de sua janelas de mediação subjetivizadas. Eles vêem os Outros não como iguais, mas como seres distanciados Silverstone (2002). Os produtores estabelecem uma conduta de representação que mobilizam os mecanismos de exclusão simbólica.

Pensamos que, ancorados no real que perpassa os acontecimentos da sociedade, o jornalismo também pode produzir trabalhos que exerçam esses mecanismos de exclusão. Também entendemos que com uma ânsia de informar algo no imediato momento que acontece, em uma ânsia por um ‘furo’ jornalístico, foram emitidos diversos discursos que compactuam com várias formas de violência, verbal e visualmente, por meio de recursos técnicos e estéticos. Mirella Cunha se impõe à Paulo Sérgio, como se o forçasse a falar, além de debochar do fato do garoto não falar um português formal. Uziel também se impõe, debocha do jovem e ainda o ameaça. E também entendemos que o vídeo censura a parte do vídeo em que Paulo Sérgio justificaria o porquê de ter sido espancado.

De acordo com o que produzimos aqui, pensamos que o sistema de representação pode ser mais forte do que normas de conduta profissional. E concluímos que a desigualdade que nos é apresentada em objetos como o analisado aqui pode gerar medo e uma revolta contra a pessoa que se encontra desamparada, e não com o sistema que promove as

desigualdades. A partir de Souza (2014), entendemos que as diferenças entre classes são colocadas de lado. O autor critica a realidade economicista, e aponta que enquanto a ralé está jogada de lado, e tendo que fazer todo tipo de trabalho para sobreviver, as classes mais abastadas dispõem tanto de tempo quanto de privilégios materiais. Os mais ricos compram o tempo dos mais pobres para que esses façam os trabalhos mais pesados. E enquanto os mais abastados usufruem de seu privilégio e o apontam como mérito, os mais pobres desvalorizados e desprezados, tanto pelos mais ricos quanto por eles mesmos, as vezes se auto depreciando. O sistema representativo deturpa a ideia de privilégios, coloca assistência mínima como privilégio, e este como mérito.

## REFERÊNCIAS

**ABORTO.** Gregorio Duvivier, 14 junho 2018. Disponível em: <<https://www.facebook.com/gregoriouduvivier/videos/1817426791652605/>>. Acesso em: 12 junho 2018.

BAGNO, Marcos. **Preconceito linguístico** o que é, como se faz. Edições Loyola, São Paulo, 52ª edição, 2009.

BOAVENTURA, Edivaldo M. **Metodologia da pesquisa:** Monografia Dissertação Tese. São Paulo: Editora Atlas S.A., 2009.

BOURDIEU, Pierre. **Sobre a televisão.** Rio de Janeiro, Jorge Zahar ed., 1997.

BRUM, Eliane. A imprensa que estupra. **Revista Época.** 2012. Disponível em: <<http://revistaepoca.globo.com/Sociedade/eliane-brum/noticia/2012/05/imprensa-que-estupra-parte-1.html>>. Acessado em: 02 novembro 2017.

CANAL FUTURA. **Diz aí - Enfrentamento ao extermínio da juventude negra - Ep. 03 - Polícia.** 2013. (7 min 39 s). Disponível em: <<https://www.youtube.com/watch?reload=9&v=bAStHndMc9Q>>. Acesso em: 15 junho 2018.

ENGELMANN, Wilson; CALLEGARI, André Luiz; WERMUTH, Maiquel Angelo Dezordi. A banalidade do mal: compromissos (escuros) entre mídia e sistema penal no Brasil e reflexos no poder judiciário. **Revista direitos fundamentais & democracia.** v. 19, n. 19, p. 210/235, 2016. Disponível em: <http://revistaeletronicardfd.unibrasil.com.br/index.php/rdfd/article/view/516>. Acesso em: 03 novembro 2017.

FENAJ. Federação Nacional dos Jornalistas. **Código de Ética dos Jornalistas Brasileiros**. 2007. Disponível em: <[http://fenaj.org.br/wp-content/uploads/2014/06/04-codigo\\_de\\_etica\\_dos\\_jornalistas\\_brasileiros.pdf](http://fenaj.org.br/wp-content/uploads/2014/06/04-codigo_de_etica_dos_jornalistas_brasileiros.pdf)>. Acesso em: 20 outubro 2017.

FRANÇA, Vera. **Narrativas televisivas** programas populares na TV. Belo Horizonte: Editora Autêntica, 2006.

HALL, Stuart. **Cultura e Representação**. Rio de Janeiro: Editora PUC Rio: Apicuri, 2016.

JESUS, Rodrigo Ednilson de. Mecanismos eficientes na produção do fracasso escolar de jovens negros: estereótipos, silenciamento e invisibilização. **Educação em Revista**. Belo Horizonte, n.34, 2018.

LERY, Julia. Entre o bandido e o “cidadão de bem”: alteridade e ética em Brasil Urgente. In: *Mediações Críticas: representações na cultura midiática*. São Paulo: ECA/USP, 2017. p. 197-208.

MACHADO, Gilberto; MACHADO, Sibá; ALBERTO, Luiz. Disponível em <<http://www.camara.gov.br/sileg/integras/997794.pdf>>. Acesso em: 01 abril 2018.

MADEIRO, Carlos. “Ele se sente humilhado”, diz defensoria sobre jovem chamado de estuprador por repórter na BA. **Notícias Uol**, Maceió, 24 maio 2012. Disponível em: <<https://noticias.uol.com.br/cotidiano/ultimas-noticias/2012/05/24/ele-se-sente-humilhado-diz-defensoria-sobre-jovem-chamado-de-estuprador-por-reporter-na-ba.htm>>. Acesso em: 26 março 2018.

OLIVEIRA, Dannilo Duarte. **Jornalismo policial, gênero e modo de endereçamento na televisão brasileira**. 2008. Disponível em: <[https://www.google.com.br/url?sa=t&rct=j&q=&esrc=s&source=web&cd=1&cad=rja&uact=8&ved=0ahUKEwjLpqrVuu\\_YAhXMkZAKHSHICwMQFggqMAA&url=http%3A%2F%2Fwww.tvrealidade.facom.ufba.br%2Fcoloquio%2520textos%2FDannilo%2520Duarte.pdf&usg=AOvVaw3FyDVJG5eXqfNOpbj5Ujr8](https://www.google.com.br/url?sa=t&rct=j&q=&esrc=s&source=web&cd=1&cad=rja&uact=8&ved=0ahUKEwjLpqrVuu_YAhXMkZAKHSHICwMQFggqMAA&url=http%3A%2F%2Fwww.tvrealidade.facom.ufba.br%2Fcoloquio%2520textos%2FDannilo%2520Duarte.pdf&usg=AOvVaw3FyDVJG5eXqfNOpbj5Ujr8)>. Acesso em: 16 dezembro 2017.

RANCIÈRE, Jacques. **A imagem intolerável**. In: *O espectador emancipado*. Winfmartinsfontes. São Paulo, 2014.

ROVAI, Renato. Repórter da Band, Mirella Cunha, é processada por MP Federal na Bahia. Disponível em <<https://www.revistaforum.com.br/blogdorovai/2012/05/23/reporter-da-band-mirella-cunha-e-processada-por-mp-federal-na-bahia/>>. Acesso em: 01 abril 2018.

SILVA, Marcos Antonio Batista da. Racismo institucional: pontos para reflexão. Laplage em Revista (Sorocaba), vol.3, n.1, jan.-abr. 2017, p.127-136.

SILVA, Rodrigo Daniel. **Uma análise do caso Mirella Cunha**. Disponível em <[http://observatoriodaimprensa.com.br/diretorio-academico/\\_ed765\\_uma\\_analise\\_do\\_caso\\_mirella\\_cunha-2/](http://observatoriodaimprensa.com.br/diretorio-academico/_ed765_uma_analise_do_caso_mirella_cunha-2/)>. Acesso em: 26 março 2013.

SILVERSTONE, Roger. Complicity and Collusion in the Mediation of Everyday Life. **New Literary History**. 2002

SOUZA, Aryclennys Silva; BRAGA, Claudomilson Fernandes. Mídia Jornalismo e Cidadania: a representação do negro na mídia televisiva no Brasil. **Comunicação cultura e sociedade**. N. 06, vol. 6, p. 126-138, 2016-2017. Disponível em: <<https://periodicos.unemat.br/index.php/ccs/article/view/2214/1874>>. Acesso em: 23 junho 2018.

SOUZA, Jessé. A cegueira do debate brasileiro sobre as classes sociais. **Interesse Nacional**. Ano 7, n. 7, p. 35-57, 2014. Disponível em: <<http://www.bresserpereira.org.br/terceiros/2014/outubro/14.10-Cegueira-Classes-Sociais.pdf>>. Acesso em: 02 dezembro 2017.

SOUZA, Jessé. É preciso explicar o Brasil desde o ano zero. Disponível em: <<https://revistacult.uol.com.br/home/jesse-souza-a-elite-do-atraso/>>. Acesso em: 10 abril 2018.

SOUZA, Paulo Sérgio Silva. **Chororô na delegacia**: acusado de estupro alega inocência. Repórter: Mirella Cunha. 2004 (ca. 5min 51s) Disponível em: <[https://www.youtube.com/watch?v=BrqDU\\_zYZIg&t=130s](https://www.youtube.com/watch?v=BrqDU_zYZIg&t=130s)>. Acesso em: 15 outubro 2017.

DA UOL. Disponível em <<https://televisao.uol.com.br/noticias/redacao/2015/06/05/band-e-condenada-a-pagar-r-60-mil-por-caso-de-reporter-que-zombou-de-presos.htm>>. Acesso em 01 abril 2018.

VAZ, Paulo Bernardo Ferreira; MENDONÇA, Ricardo Fabrino. A representação visual do negro no jornal impresso. Salvador/BA, 2002. Disponível em: <<http://www.portcom.intercom.org.br/pdfs/61313941123136382550073801735930638563.pdf>>. Acesso em: 23 junho 2018.

ZIZEK, Slavoj. **Violência**: seis reflexões laterais. São Paulo: Boitempo, 2014.

**[https://www.youtube.com/watch?v=BrqDU\\_zYZIg](https://www.youtube.com/watch?v=BrqDU_zYZIg)** postado por Folha do Povo Revista em 15 junho 2015, acesso em 01 maio 2018. (2.375.720 visualizações).

**<https://www.youtube.com/watch?v=zM-6pLzUGFk>** postado por impaktonatv - jornal impakto penitenciário, a notícia sem máscara. publicado em 25 maio de 2012, acesso em 01 maio 2018. (1.469 visualizações).

**<https://www.youtube.com/watch?v=qYHyTAXaXJU&t=112s>** postado por leonardo torres em 23 maio 2012, acesso em 01 maio 2018. (44.754 visualizações).

**<https://www.youtube.com/watch?v=F6VCbJHtzdc&t=20s>** postado por Humberto Buteco em 10 maio de 2012, acesso em 01 maio 2018. (1.167.785 visualizações). [M2]



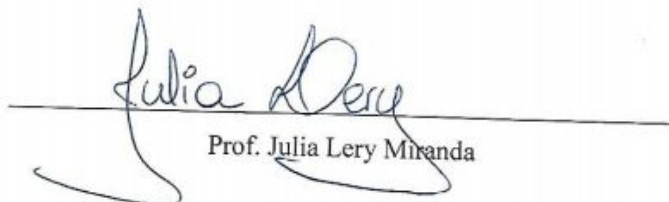


UNIVERSIDADE FEDERAL DE OURO PRETO  
INSTITUTO DE CIÊNCIAS SOCIAIS APLICADAS  
DEPARTAMENTO DE JORNALISMO

### DECLARAÇÃO DA ORIENTADORA

Certifico que a aluna Mariana Moschem, autora do trabalho de conclusão de curso intitulado “Violência e ética: um estudo de caso da reportagem ‘Chororô na delegacia: acusado de estupro alega inocência’”, efetuou as correções sugeridas pela banca examinadora e que estou de acordo com a versão final do trabalho.

Mariana, 11 de janeiro de 2019.

  
Prof. Julia Lery Miranda